

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Informações anuais da Contax Participações S.A. e controladas, distribuídas da seguinte forma:

1. Contexto operacional
2. Expansão e mudanças na estrutura societária
3. Declaração da Administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
4. Principais políticas e práticas contábeis
5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos
6. Informação por segmento
7. Caixa e equivalentes de caixa
8. Contas a receber de clientes
9. Tributos a recuperar
10. Depósitos judiciais
11. Imposto de renda e contribuição social
12. Despesas antecipadas e demais ativos
13. Investimento em controladas
14. Operação Descontinuada
15. Imobilizado
16. Intangível
17. Debêntures
18. Empréstimos e financiamentos
19. Fornecedores
20. Antecipação de fornecedores
21. Salários, encargos sociais e benefícios
22. Obrigações com arrendamento mercantil
23. Tributos a recolher
24. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
25. Patrimônio líquido
26. Receita operacional
27. Resultado por natureza
28. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas
29. Receitas (despesas) financeiras, líquidas
30. Resultado por ação
31. Pagamentos baseados em ações
32. Transações com partes relacionadas
33. Cobertura de seguros
34. Eventos subsequentes
35. Aprovação das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Contax Participações S.A. (“Contax” ou “controladora”), em conjunto com suas subsidiárias (“Companhia”) é uma das empresas líderes em *contact center* e em *Business Process Outsourcing* (“BPO”), especializada em soluções integradas para gestão do relacionamento com o consumidor. A Companhia atua em toda a cadeia de relacionamento por meio de soluções remotas, digitais e presenciais.

A Contax é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&F Bovespa”), Novo Mercado, sob os *ticker*: CTAX3 (ON). Foi constituída em julho de 2000, tendo como objeto social a participação em outras sociedades comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. A sua sede social está localizada na Avenida Paulista, 407 e 423 - 8º andar, no bairro de Bela Vista, na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo.

A Companhia atua somente no Brasil nas seguintes linhas de serviços que por sua vez estão divididas em três segmentos operacionais:

Contact Center & BPO:

- Relacionamento com clientes
- Relacionamento por meio de mídias sociais
- Cobrança
- Gerenciamento de ciclo de vida

Tecnologia & Informação:

- Fábrica de software
- Gestão de ambiente de tecnologia da informação e comunicação (“TIC”)
- Parcerias em vendas de soluções / integrador
- Integrador e revendedor de soluções de TIC e gerenciamento das relações com clientes (“CRM”)

Trade Marketing:

- Presencial
- Treinamento
- *Marketing* promocional e de incentivo
- Vendas

A tabela a seguir resume as participações societárias da Contax e de suas subsidiárias, bem como as atividades operacionais nas quais estão engajadas:

Nome	Atividade	País	2015 e 2016
Contax Mobitel S.A.	<i>Contact center / Multicanal</i>	Brasil	100%
TODO Tecnologia da Informação S.A.	Tecnologia & Informação	Brasil	100%
TODO Soluções em Engenharia e Tecnologia S.A.	Tecnologia & Informação	Brasil	100%
Contax Sucursal Empresa Extranjera (*)	<i>Contact center</i>	Argentina	100%

(*) Não operacional

A Companhia no Brasil opera 19 unidades, sendo, 19 sites em 11 Estados, conforme apresentados abaixo:

#	Site	Tipo	UF	Cidade
1	ALEGRIA	Operacional	SP	São Paulo
2	AUGUSTA	Operacional	SP	São Paulo
3	BOA VIAGEM	Operacional	BA	Salvador
4	BORGES DE MELO	Operacional	CE	Fortaleza
5	CABULA	Operacional	BA	Salvador
6	COMÉRCIO	Operacional	BA	Salvador
7	ELEKTRO	Operacional	SP	Campinas
8	JOÃO PESSOA	Operacional	PB	João Pessoa
9	LUIGI AMORESE	Operacional	PR	Londrina
10	MACKENZIE	Operacional	RJ	Rio de Janeiro
11	MAUÁ	Operacional	RJ	Rio de Janeiro
12	NA VEGANTES	Operacional	RS	Porto Alegre
13	NITERÓI	Operacional	RJ	Niteroi
14	PRADO II	Operacional	MG	Belo Horizonte
15	RIO BRANCO	Operacional	AC	Acre
16	SANTO AMARO	Operacional	PE	Recife
17	PAULISTA 407	Administrativo	SP	São Paulo
18	TODO! ALPHA VILLE	Administrativo	SP	Alphaville
19	TODO! FLORIANÓPOLIS	Administrativo	SC	Florianópolis

A Companhia não apresenta efeito de sazonalidade significativa em suas operações.

No exercício de 2016, a Companhia desmobilizou as operações de 14 sites, os quais estão identificados abaixo:

#	Site	Tipo	UF	Cidade
1	ANTÁRTICA	Operacional	SP	São Paulo
2	AURORA	Operacional	PE	Recife
3	NASCENTE	Operacional	CE	Fortaleza
4	RIO COMPRIDO	Operacional	RJ	Rio de Janeiro
5	SÃO CRISTÓVÃO	Operacional	RJ	Rio de Janeiro
6	ENGENHO DE DENTRO	Operacional	RJ	Rio de Janeiro
7	FONTE NOVA	Operacional	BA	Salvador
8	HICHAM	Administrativo	SP	Campinas
9	TODO! SP	Administrativo	SP	São Paulo
10	LAPA	Administrativo	SP	São Paulo
11	PRADO I	Administrativo	MG	Belo Horizonte
12	CTC - DOM PEDRO	Centro de Treinamento	SP	São Paulo
13	CTC - RECIFE (ESTAÇÃO DO CONHECIMENTO)	Centro de Treinamento	PE	Recife
14	CTC BRASIL TRAINING	Centro de Treinamento	CE	Fortaleza

1.1. Processo de retomada operacional e financeira

O ano de 2016 marca um ponto de inflexão na história da Contax. A Companhia deu uma guinada em seu posicionamento estratégico, concentrando o foco de atuação em seu *core business* e adotando iniciativas importantes para melhorar sua estrutura de capital e a rentabilidade das operações. O Comitê Executivo foi renovado e a governança corporativa fortalecida. Ações relacionadas ao foco em qualidade de clientes, reconquista de contratos e redução de custos, foram fundamentais para a melhoria dos resultados de negócios.

O maior desafio atual da Contax (e do setor) é desenvolver soluções inteligentes que possam compensar a natural redução de receita do segmento de atendimento de voz com serviços digitais e off-line. Isso só será possível por meio de um atendimento que traga soluções eficientes e agregue valor aos negócios dos clientes. Nesse sentido, a Companhia continua trabalhando em iniciativas de inovação, buscando prover serviços com escopo abrangente que permitam acompanhar toda a jornada do consumidor, no ambiente presencial, telefônico ou digital.

Para possibilitar esta virada operacional, a Companhia cumpriu os compromissos assumidos com os credores para o fortalecimento da estrutura de capital no âmbito do acordo para reperfilamento de sua dívida financeira efetuado em março de 2016, conforme nota 1.2.

Houve ainda avanços importantes em termos de governança, com a migração da Companhia em julho para o segmento especial de Novo Mercado, o mais elevado nível de governança corporativa da BM&FBovespa, reforçando o compromisso da Contax com a perenidade do negócio. Esse movimento veio acompanhado de mudanças que tornaram o Conselho de Administração mais independente: atualmente apenas um dos seis membros do órgão está ligado a partes relacionadas. A Contax também aperfeiçoou seu Programa de *Compliance*.

No que concerne às operações junto aos clientes, a atuação da Companhia em busca de melhoria de eficiência e qualidade tem apresentado avanços expressivos. Em pesquisa recente de satisfação de clientes, 78% apontaram que estamos melhor que no ano anterior. Esse acompanhamento mais próximo do negócio também favoreceu a conquista de novos clientes.

A Administração teve o desafio de incutir a disciplina de rentabilidade na cultura da Companhia e diversos frutos foram colhidos relacionados a eficiência e rentabilidade:

1. Atingimento da meta de redução da ociosidade da capacidade instalada de 9,6% contra 20,5% no encerramento de 2015 aumentando a eficiência operacional da Companhia com consequente melhoria de rentabilidade.
2. Melhoria de margens em diversas operações antes deficitárias.
3. Renegociação estruturada e consistente de contratos com fornecedores com identificação de oportunidades de economia e reformatação de modelos.
4. Redução de mão de obra indireta.

5. Melhoria de processos e sistemas com maior automação, melhorias e novos sistemas.
6. Iniciou um projeto de simplificação societária visando obter sinergias operacionais e de negócio.

A Companhia também concentrou esforços na melhoria da satisfação das pessoas. A Contax possui uma série de programas que buscam reconhecer e engajar os colaboradores, e os resultados já aparecem: uma pesquisa recente focada em avaliar a postura pessoal e profissional da liderança mostrou que 78% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com seus líderes.

Os primeiros efeitos de todas as mudanças implementadas em 2016 podem ser observados nos resultados operacionais e financeiros da Companhia. No 4T16, a Contax apresentou EBITDA positivo pelo segundo trimestre consecutivo, apesar das pressões decorrentes de queda de receita, reflexo de um contexto macroeconômico ainda desfavorável. Em decorrência da estrutura de capital da Companhia, ela ainda apresentou prejuízos em 2016 R\$ 73.935mil (R\$ 226.778 mil em 2015) e apresenta patrimônio líquido de R\$ 12.831 mil em 31 de dezembro de 2016.

A administração está implementando diversas ações estruturadas dando continuidade ao processo de virada financeira iniciada em 2015 e ao processo de virada operacional iniciada em 2016 visando a retomada de lucratividade da Companhia para os próximos exercícios. Estas ações incluem a contínua melhoria da rentabilidade de contratos de clientes com aumento de qualidade, maior eficiência operacional com redução de custos e revisão de modelos de negócio, gerenciamento de endividamento, entre outras. A Companhia está constantemente buscando alternativas de fortalecimento da sua estrutura de capital.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa futuro aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

1.2. Estrutura de Capital da Companhia e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado positivo no montante de R\$ 239.109 (R\$725.904 negativos em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 o endividamento consolidado de longo prazo representa 95,63% (45,11% em 31 de dezembro de 2015) do endividamento financeiro bruto com prazo médio de liquidação de aproximadamente 5 anos.

Como parte do plano de gestão e alongamento da dívida, iniciado em agosto de 2015 e aprovado em março de 2016, a Administração obteve os seguintes resultados:

- Alongamento do prazo de pagamento junto aos principais fornecedores, bem como, uma mudança positiva nas novas negociações para obtenção de prazos de pagamentos mais elásticos;
- A Companhia concluiu uma das fases de adequação aos níveis de demanda em 31 de dezembro de 2015, capturando melhor desempenho e continua com estudos para redução da ociosidade e melhora da rentabilidade. Tivemos desmobilizações operacionais de 14 sites no decorrer de 2016.

No decorrer do 1º trimestre de 2016 a Companhia obteve pleno êxito em suas negociações, cumprindo todas as condições de eficácia para o alongamento do endividamento financeiro, desta forma, entre os termos e condições do reperfilamento da dívida, destacam-se:

- (i) postergação da data de início de amortização dos montantes do principal de seu endividamento financeiro, a qual será realizada a partir de 2018, com término em 2021;
- (ii) postergação da data de início de pagamento de juros de seu endividamento financeiro, o qual será realizado a partir de 2017, com término em 2021;
- (iii) dispensa de leitura dos indicadores financeiros da Companhia (“*covenants* financeiros”) até o 4º trimestre de 2016;
- (iv) alteração dos índices financeiros da Companhia a serem verificados a partir do 1º trimestre do exercício social de 2017.
- (v) aprovação de inclusão de mecanismo de sobretaxa incidente sobre a remuneração das debêntures de emissão da Companhia nas respectivas escrituras das debêntures emitidas pela Companhia, denominada “Mecanismo de *Step Up*”, a qual será aplicada com base no resultado financeiro das operações da Companhia no Brasil (“*EBITDA* Brasil”);
- (vi) realização de um empréstimo subordinado, em 14 de março de 2016, pela CTX para a Companhia, no valor total de R\$45.460 (“Dívida Subordinada”), com juros capitalizados até a data de pagamento e exigível após o pagamento integral dos credores da dívida financeira da Companhia. Em 29 de agosto de 2016, tal dívida foi convertida em debêntures subordinadas (4ª Emissão de Debêntures, 1ª série) conforme nota explicativa nº 17.
- (vii) assunção de obrigação pela Companhia de aprovar a realização de uma emissão privada de debêntures conversíveis subordinadas caso o Aumento de Capital (conforme abaixo definido) não atingisse o montante de R\$200.000, sendo que a Companhia obteve o compromisso dos sócios Andrade Gutierrez S.A. e da Fundação Atlântico de Seguridade Social em subscrever no âmbito desta emissão um valor agregado correspondente a diferença entre (a) R\$ 200.000 e (b) a soma de (b.i) o valor efetivo do Aumento de Capital (incluindo os valores convertidos da Dívida Subordinada e de outros créditos eventualmente convertidos em ações) mais (b.2) o saldo da Dívida Subordinada não convertido em capital, valor

agregado este limitado ao máximo, em qualquer hipótese, de R\$54.540 (“Compromisso de Subscrição”). Em fato relevante publicado em 16 de junho de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral o cancelamento da oferta restrita de Aumento de Capital, em decorrência da atual conjuntura desfavorável do mercado nacional. Em 29 de agosto de 2016, foram emitidas debêntures conversíveis subordinadas no valor de R\$54.540, (4ª Emissão, 2ª série), conforme nota explicativa nº 17.

- (viii) compromisso da Companhia em propor à assembleia geral de acionistas que não seja realizada a distribuição de recursos aos seus acionistas, seja através de dividendos (incluindo o dividendo mínimo obrigatório) ou juros sobre capital próprio, enquanto o índice financeiro da Companhia composto pela divisão da Dívida Líquida da Companhia pelo *EBITDA* da Companhia não for igual ou inferior a 2,00 vezes, sob pena de aplicação de multa compensatória no montante equivalente a 2% ao ano, base 252 dias úteis, sobre o saldo devedor das debêntures de emissão da Companhia, sem prejuízo da possibilidade de declaração, pelos debenturistas das debêntures de emissão da Companhia, do vencimento antecipado, de forma não automática, da dívida representada por tais debêntures, observado que tais limitações não se aplicam ao pagamento dos dividendos declarados na assembleia geral ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2015, exceto no que se refere a quaisquer dividendos ou juros sobre o capital próprio que venham a ser recebidos pela CTX, Andrade Gutierrez, Jereissati Telecom S.A. e Fundação Atlântico, declarados em tal AGO, os quais deverão ser imediata e integralmente utilizados para a realização de um empréstimo subordinado à Companhia representado por instrumento de dívida ou debênture subordinada a todas as demais dívidas da Companhia, com juros capitalizados até a data de pagamento, o qual somente será exigível após o pagamento integral dos credores financeiros da Companhia que participaram do reperfilamento;
- (ix) aprovação da alienação da Divisão Allus pelos credores financeiros da Companhia, sendo que os recursos provenientes desta alienação, após deduzidos custos e impostos relacionados à transação, que superem R\$200.000, e que sejam imediatamente disponíveis para a Companhia, sejam destinados à redução de seu endividamento financeiro através da amortização extraordinária ou liquidação antecipada dos respectivos instrumentos que compõem sua dívida financeira; recursos da operação foram recebidos em 10 de outubro de 2016, conforme nota explicativa nº 14.
- (x) assunção de obrigação de (i) convocar uma assembleia geral extraordinária para eleger novos membros de seu conselho de administração e (ii) envidar seus melhores esforços para realizar a migração da Companhia do segmento especial de listagem Nível 2 para o segmento especial de listagem do Novo Mercado da BM&F Bovespa (“Novo Mercado”). Em 20 de abril de 2016, foram eleitos novos membros para o conselho de administração e em 21 de julho de 2016 a Companhia migrou para o Novo Mercado e passou a ter suas ações negociadas neste segmento de listagem.

- (xi) assunção de obrigação pela Companhia em realizar, até 30 de abril de 2016, a emissão de um novo instrumento financeiro unificado para todos os credores de seu endividamento financeiro, na forma de debêntures simples, para a migração dos debenturistas das emissões de debêntures da Companhia que assim desejarem e se manifestarem, conforme condições que venham a ser estabelecidas de comum acordo com os debenturistas das emissões de debêntures da Companhia à época de emissão de tal instrumento (“Instrumento Unificado”). O Instrumento Unificado tem sua emissão condicionada à um nível de adesão mínimo de 50% dos debenturistas da primeira, segunda e terceira emissões de debêntures da Companhia, considerados em conjunto, e deverá ser emitido na forma de debêntures simples, em duas séries, de forma que (a) a primeira série faça jus a uma remuneração acumulada equivalente a 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 dia, bases 252 dias úteis, acrescida de um spread de 1,25% ao ano, e (b) a segunda série faça jus a uma remuneração equivalente à média aritmética das taxas de fechamento das Notas do Tesouro Nacional do Brasil (NTN-B) com vencimento em 15 de agosto de 2022, acrescidas de um spread de 1,25% ao ano, bases 252 dias úteis. A Companhia obteve por meio dos agentes fiduciários a confirmação de que o nível de adesão mínimo previsto para a emissão de um novo instrumento não foi atingido.

Adicionalmente aos compromissos assumidos acima, em 16 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou e homologou um aumento de capital privado da Companhia, no valor de R\$ 7.228, mediante a emissão de 727.918 ações ordinárias sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 9,93 por ação, mediante a emissão de 727.918 ações ordinárias sem valor nominal. O aumento de capital foi realizado com os créditos habilitados dos dividendos aprovados em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 30 de abril de 2015 e cujo pagamento encontra-se suspenso por decisão dos acionistas de 29 de dezembro de 2015 e 16 de dezembro de 2016.

1.3. Processo de venda da divisão “Allus”

A conclusão da operação de venda da divisão “Allus”, composta pelas operações da Companhia na Espanha, Argentina, Colômbia e Peru, para o Grupo Konecta foi realizada em 09 de setembro de 2016.

O valor global de avaliação (*Enterprise Value*) da Allus foi de US\$ 192,0 milhões, conforme divulgado no fato relevante de 10 de junho de 2016, sendo que este valor foi ajustado em função da dívida existente na sociedade colombiana e por passivos e contingências existentes. A operação foi liquidada com o pagamento de US\$ 140,4 milhões pelo Grupo Konecta à Companhia. Os recursos foram convertidos em reais e utilizados para (i) pagamento das despesas relacionadas à Venda da Allus, (ii) recomposição do caixa da Companhia e (iii) pagamento dos credores da dívida financeira da Companhia.

1.4. Principais clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os clientes responsáveis por mais de 5% de participação da receita líquida estão demonstrados abaixo:

Cliente	Consolidado
	% Receita Líquida
	31/12/2016
Oi	56,73%
Itau	9,18%
Santander	8,46%
America Movil	7,36%
Vivo	5,25%

A Companhia informou ao mercado em fato relevante de 20 de junho de 2016, que um de seus principais clientes, a Oi S.A. ("Oi"), divulgou, nesta mesma data, ter ajuizado pedido de recuperação judicial. Conforme divulgado em seu fato relevante, a Oi "manteria normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas", esclarecendo ainda que tal medida havia sido adotada, entre outros motivos, para preservar a continuidade da oferta de serviços e do valor de suas empresas, bem como para a continuidade de seu negócio e proteção organizada de seu caixa. Em sua petição a Oi solicitou a suspensão da eficácia das cláusulas que preveem o ajuizamento de recuperação judicial como causa de rescisão de contrato, principalmente com fornecedores essenciais ("Credores Fornecedores Parceiros").

Do total do saldo a receber em 31 de dezembro de 2016, o saldo com a Oi representa 65% dos quais 82% já haviam sido quitados até a data da emissão deste relatório.

O valor de R\$ 66.543 (sessenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e três mil reais) está inserido na lista de credores da Recuperação Judicial em nome das empresas do Grupo Contax, e o recebimento desse valor ocorrerá na forma e prazos propostos no plano de recuperação judicial ("Plano"), que depende da aprovação dos credores da Oi, conforme parágrafo abaixo:

4.3.2.6.2. O saldo dos Créditos Classe III de titularidade dos Credores Fornecedores Parceiros que remanescer após o pagamento realizado nos termos da Cláusula 4.3.2.6.1 acima será pago em 02 (duas) parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de TR mais 0,5% (meio por cento) ao ano a contar da Homologação Judicial do Plano ou do Reconhecimento do Plano na Jurisdição do Credor, conforme aplicável, vencendo-se a primeira parcela no 20º (vigésimo) Dia Útil após completado o primeiro ano do efetivo recebimento do Termo de Opção e a segunda parcela no mesmo dia e mês do ano subsequente.

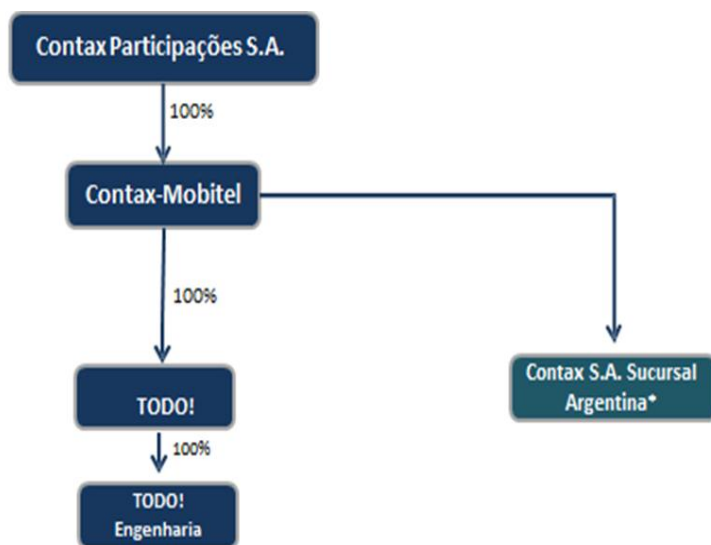
2. EXPANSÃO E MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Inicialmente, a Contax foi criada para atender as demandas de contact center de uma grade operadora do setor de telecomunicações. No entanto, ao longo dos anos, a Contax ampliou e diversificou sua carteira de serviços, apresentando forte crescimento em clientes de alto volume e complexidade tendo se consolidado como uma das principais do mercado de serviços corporativos no Brasil.

O crescimento operacional da Companhia vem passando por algumas mudanças societárias decorrentes de, vendas e incorporações, conforme destacam-se a partir de 2016.

- Em 09 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a venda da Divisão Allus (Stratton Spain, Bex, Stratton Peru, Allus Spain, Allus Peru, Multienlace, Stratton Argentina, Stratton RES, Stratton Nea, Stratton Chaco), para o Grupo Konecta, conforme mencionado nas notas 1.3 e 14.
- Em 31 de dezembro de 2016, a Contax-Mobitel incorporou a Ability Comunicação Integrada Ltda. (“Ability”), conforme nota explicativa 13, com o fim de simplificar sua estrutura operacional e societária, além de agregar a atividade de trade marketing em uma única empresa, reforçando o conceito de multicanalidade na prestação de serviços.
- Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, a Contax Mobitel incorporou as subsidiárias BRC e Venecia, com objetivo de simplificação da sua estrutura operacional.

Assim, em 31 de dezembro de 2016, a estrutura societária da Companhia e de suas controladas está apresentada a seguir:



* Não operacional

3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

3.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), estando totalmente em convergência com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

3.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode resultar em ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais:

- Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
- Contraprestação contingente oriunda de aquisição de participação societária; e
- Obrigação decorrente de pagamento baseado em ações.

3.3 Reapresentação dos resultados de 2015

Para fins de comparabilidade nas análises, os valores do resultado estão sendo divulgados desconsiderando os efeitos da Divisão “Allus”, conforme quadros demonstrativos na nota explicativa 14.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Consolidação: as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Contax e das subsidiárias nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre a Contax e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. A participação dos acionistas não controladores, quando houver, está destacada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia aplicou a Deliberação CVM nº 640/10, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 (R2), que trata dos Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. De acordo com essa deliberação, a Companhia deve aplicar os critérios apresentados no item 4.2 na consolidação de subsidiária no exterior.

4.2 Moeda funcional: as demonstrações financeiras de cada subsidiária incluída na consolidação são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que ela opera. A subsidiária no exterior adota o Real como moeda funcional.

As demonstrações financeiras da controlada no exterior é convertida para Reais, utilizando-se os seguintes critérios:

- Ativos e passivos não monetários são convertidos pela taxa histórica da transação;
- Ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de cada mês; e
- Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados no patrimônio líquido no grupo de outros resultados abrangentes.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apenas a empresa Contax Argentina (Sucursal) permanece representando as considerações acima descritas.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão da controlada no exterior, para a moeda de apresentação, em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Taxa final			
Peso Argentino (AR\$)	0,2056	0,3017	0,3172
Taxa média			
Peso Argentino (AR\$)	0,2118	0,3507	0,3091

4.3 Investimentos: nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial.

4.4 Combinação de negócios: são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição de um negócio, a Administração avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios, a partir da data de aquisição, deve ser alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

4.5 Informação por segmento: um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou três segmentos divulgáveis que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação. Os segmentos divulgáveis identificados representam principalmente características específicas de cada negócio. Para o gerenciamento do caixa, a Companhia não efetua alocação para cada segmento, considerando um caixa único para os três segmentos.

4.6 Caixa e equivalentes de caixa: compreende os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

4.7 Instrumentos financeiros: os ativos e os passivos financeiros são contabilizados na data

em que estes são entregues à Companhia (data de liquidação) e nesta data classificados de acordo com a finalidade para que foram adquiridos ou contratados, sendo classificados nas seguintes categorias: aplicações financeiras, empréstimos, recebíveis, derivativos e outros.

4.7.1 Aplicações financeiras: são ativos financeiros que compreendem títulos de renda fixa públicos e privados, classificados e registrados de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos.

4.7.2 Empréstimos e recebíveis: são passivos e ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais passivos e ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

4.8 Contas a receber de clientes e outros recebíveis: são registradas pelos valores correspondentes aos serviços prestados com aceite do cliente que podem estar faturados na data de encerramento das demonstrações financeiras ou não, deduzidas das provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídos analisando-se a capacidade de liquidez individualizada de cada cliente, considerando-se as garantias fornecidas pelos clientes. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas. Os títulos são baixados contra a provisão à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

4.9 Depósitos judiciais: No decurso das ações impetradas contra a Companhia e sobre as quais esta questiona a legitimidade das reclamações, pode ocorrer que a Companhia seja requerida a efetuar depósitos recursais e/ou judiciais de forma a dar continuidade a sua estratégia de defesa. Tais valores são corrigidos monetariamente em sua maioria pelos índices inflacionários e caracterizam-se como recursos não alcançáveis pela Companhia pendentes de decisão judicial.

4.10 Ativo imobilizado: apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização, de acordo com a Deliberação CVM nº 672/11, quando aplicável.

Em decorrência da natureza dos sistemas de tecnologia da informação e telecomunicações de propriedade da Companhia, as estimativas de vida útil, requerem considerável julgamento e são inerentemente incertas principalmente em decorrência da rápida evolução destas tecnologias podendo ocorrer obsolescência prematura de tais sistemas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de

depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Deliberação CVM nº 639/10 requer que seja realizada avaliação da recuperação de todos os itens integrantes deste subgrupo sempre que houver indício de perda, visto que nenhum item deve permanecer registrado por valor maior que o valor de realização, seja pela venda ou pelo uso. A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado em conjunto com a análise de recuperação de ágio. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes são submetidos ao teste de *impairment* através da metodologia de fluxo de caixa descontado. Por sua vez, quando identificado que o valor contábil do ativo não será recuperado, uma provisão é registrada. A recuperação dos investimentos no ativo imobilizado foi testada em 2016 não sendo identificados ajustes para refletir perda no valor recuperável. A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos divulgados na nota 16.1.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

4.11 Ativo intangível: os ativos intangíveis são recursos identificáveis, sob o controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura e marcas.

A avaliação da recuperação dos ágios realizada anualmente considera premissas e julgamentos divulgados na nota explicativa 16.1. Em 31 de dezembro de 2016, não foram identificados ajustes nos valores dos ativos registrados.

4.12 Impostos e contribuições sobre o lucro: no Brasil compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida

do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os resultados apurados nas subsidiárias no exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e normas locais. Nossa única subsidiária com sucursal na Argentina é tributada à alíquota de 35%.

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pela Deliberação CVM nº 676/11.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas que estejam em vigor na data do balanço.

4.13 Fornecedores: são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos, se aplicável, até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.14 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: as provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.15 Arrendamento mercantil: as operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos à Companhia, são classificadas como arrendamentos financeiros. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no imobilizado em contrapartida ao passivo pelo menor montante entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil do bem e a vigência do contrato, os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

- 4.16 Pagamento baseado em ações: a Companhia oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações de sua própria emissão. A Companhia adota as disposições da Deliberação CVM nº 650/10, reconhecendo como despesa, em base linear, o valor justo das opções, apurado na data da outorga, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao patrimônio líquido.

A despesa acumulada reconhecida reflete o período de aquisição adquirido e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão adquiridas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de pagamento baseado em ações. Nenhuma despesa é reconhecida para as opções que não tenham iniciado o seu período de aquisição.

- 4.17 Capital social: corresponde ao valor obtido na emissão de ações. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, se houver, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

- 4.18 Ações em tesouraria: quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido e as ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, a diferença entre o valor contábil e o valor recebido é reconhecida como um aumento no patrimônio líquido na rubrica de reservas de capital. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, na venda, na emissão ou no cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

- 4.19 Lucro por ação: o cálculo do lucro básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

- 4.20 Apuração do resultado: o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

4.21 Receita de vendas: as receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços executados de acordo com contratos firmados junto aos clientes. Os serviços são faturados e/ ou estimados de acordo com a sua natureza, a saber:

- Serviços de *telemarketing* e atendimento ao consumidor: a receita é auferida com base em tempo de conversação e/ou, por preço fixo por posição de atendimento (“PAs”) disponibilizada ao cliente e/ou, por preço variável com base em metas acordadas com os clientes.
- Serviços de recuperação de crédito: a receita é auferida com base no percentual acordado com o cliente sobre os créditos recuperados junto aos clientes destes, somente após o reconhecimento pelo contratante que o crédito foi recuperado a receita é reconhecida.
- Serviço de desenvolvimento de *software* personalizado: a receita é auferida com base no estágio de desenvolvimento e também contemplam receitas com os serviços de manutenção (pós-venda).

Nas demonstrações financeiras consolidadas as receitas de vendas também estão líquidas das eliminações de vendas entre a Contax e suas subsidiárias, se houver.

4.22 Participação dos funcionários e administradores nos lucros: os funcionários têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente com os sindicatos, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas.

4.23 Pesquisa e desenvolvimento: gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

4.24 Custos e despesas: os custos e as despesas operacionais são registrados de acordo com o regime de competência estão representados principalmente por despesas com pessoal.

4.25 Receitas e despesas financeiras: as receitas financeiras abrangem os juros sobre montantes investidos, incluindo ativos financeiros disponíveis para venda, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem juros e correção monetária de empréstimos, financiamentos de outros passivos bem como variações cambiais.

4.26 Dividendos: o dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante,

por ser considerado uma obrigação legal prevista no estatuto social, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório.

4.27 Demonstração do valor adicionado: A Administração da Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individuais e consolidadas nos termos da Deliberação CVM nº 557/08, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP, para IFRS representam informação financeira adicional.

4.28 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: conforme divulgado na nota 4, no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos nos seguintes assuntos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- valor justo de instrumentos financeiros, vide nota 5;
- contas a receber de clientes e receita na prestação de serviços, vide notas 8 e 26;
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, vide nota 8;
- perda por redução ao valor recuperável de impostos, vide nota 11;
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida, vide notas 15 e 16;
- provisão para riscos tributários trabalhistas e cíveis, vide nota 24;
- transações com pagamento baseado em ações vide nota 31;
- perdas por redução a valor recuperável de intangíveis, vide nota 16.1.

A Companhia revisa anualmente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

4.29 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização

de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de crédito, liquidez e de mercado os quais são gerenciados ativamente em conformidade com a Política de Gestão de Risco Financeiro (“Política de Risco”).

A Política de Risco está sob a administração do Comitê Executivo, do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração e Diretoria Financeira, todos com papéis e responsabilidades claros e definidos, a saber:

Conselho de Administração: é o responsável pela aprovação da Política de Risco. Ademais, define os limites de tolerância aos diferentes riscos identificados como aceitáveis para a Companhia em nome de seus acionistas;

Comitê Financeiro: é responsável pela execução da Política de Risco, por meio da supervisão do processo de gestão de risco, do planejamento e verificação dos impactos das decisões implementadas, assim como da avaliação e aprovação das estratégias de hedge e monitoramento dos níveis de exposição aos riscos de forma a garantir o cumprimento da Política de Risco;

Comitê Executivo: é responsável pela avaliação do posicionamento é responsável pela avaliação do posicionamento da Companhia para cada risco identificado, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho de Administração; e

Diretoria Financeira: tem como tarefa primordial o monitoramento, avaliação e comunicação dos riscos financeiros incorridos pela Companhia.

Ainda destaca-se da Política de Riscos a vedação à Companhia em contratar operações alavancadas em mercados derivativos, bem como a determinação que operações individuais de hedge estejam limitadas a 2,5% do patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia administra sua estrutura de capital para garantir a continuidade de suas operações e maximizar o retorno aos acionistas, por meio da otimização de uso de instrumentos de dívida e de capital.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado positivo no montante de R\$ 239.109 (R\$725.904 negativos em 31 de dezembro de 2015). A Administração envidou fortes esforços e ações para reestruturar e alongar o perfil da dívida, conforme detalhado na nota explicativa 1.2.

A Administração da Companhia acredita que os recursos financeiros disponíveis são suficientes para a sustentabilidade operacional da Companhia, atendendo às necessidades

de capital de giro e de investimentos nos próximos 12 meses.

5.1 Administração do risco de liquidez

A Companhia executou o plano de reestruturação da dívida com o objetivo de adequar o nível de endividamento, diminuir a alavancagem financeira de forma aumentar sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações. Como diretriz, o endividamento bruto deve estar concentrado no longo prazo.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos da Companhia em 31 de dezembro de 2016:

Controladora							
31/12/2016							
Acima de 5 anos							
Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2017	2018	2019	2020	2021	
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	1.202	1.202	1.202	-	-	-	-
Debêntures	1.162.016	1.541.263	86.769	343.091	322.381	300.663	488.359
Consolidado							
31/12/2016							
Acima de 5 anos							
Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2017	2018	2019	2020	2021	
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	264.019	289.586	49.514	93.426	57.559	52.273	36.814
Obrigações com arrendamento mercantil	6.912	6.912	1.966	1.966	1.966	1.014	-
Obrigações com arrendamento operacional	-	202.692	46.178	39.412	24.578	21.218	20.879
Fornecedores	159.452	159.452	159.452	-	-	-	-
Antecipação de fornecedores	66.774	66.774	66.774	-	-	-	-
Debêntures	1.162.016	1.541.263	86.769	343.091	322.381	300.663	488.359

5.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, o gerenciamento deste risco se dá conforme apresentado abaixo:

- O risco de crédito relacionado às contas a receber e provisões para perda do contas a receber é monitorado ativamente, por equipe dedicada, vide nota 8. A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições normais de mercado e risco. A Administração não antecipa o descumprimento dos acordos pelas contrapartes e, portanto, não vem exigindo garantias colaterais.
- O risco de crédito de depósitos à vista e aplicações financeiras está limitado às contrapartes, vide nota 7. A Companhia possui política vigente estabelecendo que este tipo de operação somente será contratada junto a instituições financeiras, com classificação de risco por agência conceituada melhor ou igual a “A-”.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha saldos de depósitos à vista e aplicações financeiras com as seguintes instituições financeiras:

País	Instituição financeira
Argentina	Banco HSBC
Brasil	Banco do Brasil, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco Citibank, Banco Safra, Banco Itaú, Banco Santander, Banco Modal e Banco Votorantim.

5.3 Administração do risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as estimativas baseadas em projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 31 de dezembro de 2016. Tais estimativas indicam as seguintes taxas como cenário provável:

Índice		Taxa estimada como cenário provável				
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"		9,75%				
Índice de Preços ao Consumidor Amplo - "IPCA"		4,80%				
Taxa de Juros de Longo Prazo - "TJLP"		7,50%				

Controladora						
31/12/2016						
Instrumentos	Valor contábil	Encargos financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	6.628	CDI	9,75%	7.274	7.436	7.597
Debêntures	(662.811)	CDI	9,75%	(727.435)	(743.591)	(759.747)
Debêntures	(409.601)	IPCA	4,80%	(429.262)	(434.177)	(439.092)
Debêntures	(89.604)	TJLP	7,50%	(96.324)	(98.004)	(99.684)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(90.359)	(112.948)	(135.538)

Consolidado						
31/12/2016						
Instrumentos	Valor contábil	Encargos financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	293.234	CDI	9,75%	321.824	328.972	336.119
Debêntures	(662.811)	CDI	9,75%	(727.435)	(743.591)	(759.747)
Debêntures	(409.601)	IPCA	4,80%	(429.262)	(434.177)	(439.092)
Debêntures	(89.604)	TJLP	7,50%	(96.324)	(98.004)	(99.684)
Financiamentos	(264.019)	TJLP	7,50%	(283.820)	(288.771)	(293.721)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(82.216)	(102.770)	(123.324)

5.4 Administração de riscos cambiais

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
	Exposição total	
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	11.452	58.875
Contas a receber de clientes	58	179.503
Empréstimos e financiamentos	-	(177.133)
Fornecedores	(154)	(4.552)
Outros ativos e passivos, líquidos	(31)	(78.056)
	<u>11.325</u>	<u>(21.363)</u>
Exposição cambial impactando o resultado (em US\$)	-	(45.370)
Exposição cambial impactando o patrimônio líquido (em US\$)	3.474	39.898
	<u>3.474</u>	<u>(5.472)</u>

5.5 Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria – exceto derivativos

A posição dos instrumentos financeiros, exceto derivativos, em aberto na data de encerramento destas demonstrações financeiras está demonstrada a seguir:

	Controladora				Controladora			
	31/12/2016				31/12/2015			
	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros	Valor justo por meio de resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros	Valor justo por meio de resultado	Total
Ativos								
Custo amortizado								
Caixa e equivalentes de caixa	132	-	6.628	6.760	14	-	6.729	6.743
Saldo a receber de partes relacionadas	1.003.478	-	-	1.003.478	1.150.117	-	-	1.150.117
Passivos								
Custo amortizado								
Fornecedores	-	(1.202)	-	(1.202)	-	(1.661)	-	(1.661)
Debêntures	-	(1.162.016)	-	(1.162.016)	-	(1.096.856)	-	(1.096.856)
	<u>1.003.610</u>	<u>(1.163.218)</u>	<u>6.628</u>	<u>(152.980)</u>	<u>1.150.131</u>	<u>(1.098.517)</u>	<u>6.729</u>	<u>58.343</u>

	Consolidado				Consolidado			
	31/12/2016				31/12/2015			
	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros	Valor justo por meio de resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros	Valor justo por meio de resultado	Total
Ativos								
Custo amortizado								
Caixa e equivalentes de caixa	111.988	-	211.935	323.923	148.760	-	220.757	369.517
Contas a receber	386.776	-	-	386.776	328.496	-	-	328.496
Passivos								
Custo amortizado								
Debêntures	-	(1.162.016)	-	(1.162.016)	-	(1.096.856)	-	(1.096.856)
Empréstimos e financiamentos								
Moeda nacional	-	(264.019)	-	(264.019)	-	(289.362)	-	(289.362)
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	(177.133)	-	(177.133)
Fornecedores	-	(159.452)	-	(159.452)	-	(243.049)	-	(243.049)
Antecipação de fornecedores	-	(66.774)	-	(66.774)	-	(63.124)	-	(63.124)
Arrendamento mercantil	-	(6.912)	-	(6.912)	-	(8.979)	-	(8.979)
Contraprestação contingente	-	-	-	-	-	(227)	-	(227)
	498.764	(1.659.173)	211.935	(948.474)	477.256	(1.878.730)	220.757	(1.180.717)

5.6 Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção (*hedge*) ou de caráter especulativo, entretanto, a Companhia possui derivativos embutidos, em decorrência da emissão de debêntures ocorrida em 15 de agosto de 2012.

A posição do instrumento financeiro derivativo em aberto na data de encerramento destas demonstrações financeiras era de R\$1.015 em 31 de dezembro de 2016 (R\$20 em 31 de dezembro de 2015).

5.7 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos em conformidade com a hierarquia de valorização:

	Consolidado							
	31/12/2016				31/12/2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos								
Caixas e Bancos	30.689	-	-	30.689	72.413	-	-	72.413
Aplicações Financeiras	-	293.234	-	293.234	-	297.104	-	297.104
Contas a receber	-	386.776	-	386.776	-	328.496	-	328.496
	<u>30.689</u>	<u>680.010</u>	<u>-</u>	<u>710.699</u>	<u>72.413</u>	<u>625.600</u>	<u>-</u>	<u>698.013</u>
Passivos								
Derivativo embutido	-	(1.015)	-	(1.015)	-	(20)	-	(20)
Debêntures	-	(1.161.001)	-	(1.161.001)	-	(1.096.836)	-	(1.096.836)
Empréstimos e financiamentos	-	(264.019)	-	(264.019)	-	(466.495)	-	(466.495)
Fornecedores	-	(159.452)	-	(159.452)	-	(243.049)	-	(243.049)
Antecipação de fornecedores	-	(66.774)	-	(66.774)	-	(63.124)	-	(63.124)
Arrendamento mercantil	-	(6.912)	-	(6.912)	-	(8.979)	-	(8.979)
Contraprestação contingente	-	-	-	-	-	(227)	-	(227)
	<u>-</u>	<u>(1.659.173)</u>	<u>-</u>	<u>(1.659.173)</u>	<u>-</u>	<u>(1.878.730)</u>	<u>-</u>	<u>(1.878.730)</u>

5.8 Comparação entre valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2016		31/12/2015	
<u>Ativos financeiros</u>				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	6.760	6.760	6.743	6.743
Saldo a receber de partes relacionadas	1.003.478	1.003.478	1.150.117	1.150.117
Total dos ativos financeiros	<u>1.010.238</u>	<u>1.010.238</u>	<u>1.156.860</u>	<u>1.156.860</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Ao custo amortizado:				
Debêntures	1.161.001	1.161.001	1.096.836	1.096.836
Derivativos	1.015	1.015	20	20
Fornecedores	1.202	1.202	1.661	1.661
Saldo a pagar à partes relacionadas	-	-	17.505	17.505
Total dos passivos financeiros	<u>1.163.218</u>	<u>1.163.218</u>	<u>1.116.022</u>	<u>1.116.022</u>

	Consolidado			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2016		31/12/2015	
<u>Ativos financeiros</u>				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	323.923	323.923	369.517	369.517
Contas a receber de clientes	386.776	386.776	328.496	328.496
Outros recebíveis	2.774	2.774	24.522	24.522
Total dos ativos financeiros	<u>713.473</u>	<u>713.473</u>	<u>722.535</u>	<u>722.535</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Ao custo amortizado:				
Debêntures	1.161.001	1.161.001	1.096.836	1.096.836
Empréstimos e financiamentos	264.019	264.019	466.495	466.495
Derivativos	1.015	1.015	20	20
Fornecedores	159.452	159.452	243.049	243.049
Programa de reestruturação de fornecedores	66.774	66.774	63.124	63.124
Obrigações com arrendamento mercantil	6.912	6.912	8.979	8.979
Contraprestação contingente	227	227	227	227
Total dos passivos financeiros	<u>1.659.400</u>	<u>1.659.400</u>	<u>1.878.730</u>	<u>1.878.730</u>

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais utilizados pelos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. As informações por segmento são elaboradas considerando três segmentos divulgáveis, sendo: *contact center & BPO*, tecnologia & informação e *trade marketing*. Os segmentos divulgáveis identificados observam primariamente a divisão por tipo de serviço e suas características (nota explicativa nº 1).

As demonstrações dos resultados para cada um dos segmentos operacionais divulgáveis, devidamente conciliadas com os montantes divulgados na demonstração do resultado consolidada, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2016			
	<i>Contact center & BPO</i>	Tecnologia & informação	<i>Trade marketing</i>	Consolidado
Ativos:				
Circulante	752.067	44.758	51.106	847.931
Não circulante	1.232.521	54.026	8.178	1.294.725
Total dos ativos	<u>1.984.588</u>	<u>98.784</u>	<u>59.284</u>	<u>2.142.656</u>
Passivos:				
Circulante	575.104	11.086	22.632	608.822
Não circulante	1.504.281	15.528	1.194	1.521.003
Total dos passivos	<u>2.079.385</u>	<u>26.614</u>	<u>23.826</u>	<u>2.129.825</u>

	31/12/2015			
	<i>Contact center & BPO</i>	Tecnologia & informação	<i>Trade marketing</i>	Consolidado
Ativos:				
Circulante	769.686	47.315	46.895	863.895
Não circulante	1.684.811	65.084	7.579	1.757.473
Total dos ativos	<u>2.454.497</u>	<u>112.399</u>	<u>54.474</u>	<u>2.621.368</u>
Passivos:				
Circulante	1.551.192	14.807	23.800	1.589.799
Não circulante	839.824	19.975	1.076	860.875
Total dos passivos	<u>2.391.016</u>	<u>34.782</u>	<u>24.876</u>	<u>2.450.674</u>

	Consolidado			
	31/12/2016			
	Contact center & BPO	Tecnologia & informação	Trade marketing	Consolidado
Operação em continuidade				
Receita operacional líquida	1.899.350	51.483	91.772	2.042.605
Custo dos serviços prestados	(1.829.303)	(36.694)	(82.174)	(1.948.171)
Lucro operacional bruto	70.047	14.789	9.598	94.434
Receitas (despesas) operacionais:				
Comerciais	(2.078)	(104)	(951)	(3.133)
Gerais e administrativas	(223.745)	(17.735)	(3.531)	(245.011)
Pagamento baseado em ações	(75)	-	-	(75)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	18.005	(5.707)	915	13.213
	(207.893)	(23.546)	(3.567)	(235.006)
(Prejuízo) Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(137.846)	(8.757)	6.031	(140.572)
Receitas financeiras	84.008	1.327	3.178	88.513
Despesas financeiras	(259.592)	(946)	(343)	(260.881)
	(175.584)	381	2.835	(172.368)
(Prejuízo) lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(313.430)	(8.376)	8.866	(312.940)
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	(9.564)	-	(2.973)	(12.537)
Diferido	113.213	2.929	(30)	116.112
	103.649	2.929	(3.003)	103.575
(Prejuízo) Lucro líquido das operações continuadas	(209.781)	(5.447)	5.863	(209.365)
Operação descontinuada				
Resultado da operação descontinuada antes do imposto de renda e da contribuição social	201.904	-	-	201.904
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	(68.647)	-	-	(68.647)
Diferido	2.173	-	-	2.173
	(66.474)	-	-	(66.474)
Resultado líquido das operações descontinuadas	135.430	-	-	135.430
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(74.351)	(5.447)	5.863	(73.935)

	Consolidado			
	31/12/2015 (reapresentado) (i)			
	<i>Contact center & BPO</i>	<i>Tecnologia & informação</i>	<i>Trade marketing</i>	Consolidado
Receita operacional líquida	2.212.396	57.925	125.350	2.395.671
Custo dos serviços prestados	(2.165.529)	(63.515)	(105.693)	(2.334.737)
Lucro operacional bruto	46.867	(5.590)	19.657	60.934
Receitas (despesas) operacionais:				
Comerciais	(10.306)	(1.186)	(463)	(11.955)
Gerais e administrativas	(254.063)	(17.653)	(14.250)	(285.966)
Pagamento baseado em ações	(394)	-	-	(394)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	68.049	(6.418)	350	61.981
	(196.714)	(25.257)	(14.363)	(236.334)
(Prejuízo) Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(149.847)	(30.847)	5.294	(175.400)
Receitas financeiras	43.826	2.420	4.720	50.966
Despesas financeiras	(231.887)	(860)	(858)	(233.605)
	(188.061)	1.560	3.862	(182.639)
(Prejuízo) Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	(337.908)	(29.287)	9.156	(358.039)
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	(9.142)	(84)	(3.053)	(12.279)
Diferido	130.689	(15.371)	(6.363)	108.955
	121.547	(15.455)	(9.416)	96.676
(Prejuízo) líquido das operações continuadas	(216.361)	(44.742)	(260)	(261.363)
Resultado líquido das operações descontinuadas	34.585	-	-	34.585
(Prejuízo) líquido do exercício	(181.776)	(44.742)	(260)	(226.778)

(i) Exercício reapresentado sem considerar os valores referentes a divisão “Allus” – nota explicativa 14

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Taxa média a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos					
Reais		132	14	30.689	26.336
Euro		-	-	-	9.388
Pesos argentinos		-	-	-	11.750
Pesos colombianos		-	-	-	18.428
Pesos peruanos		-	-	-	6.511
		132	14	30.689	72.413
Equivalentes de caixa:					
Em reais:					
Certificado de depósito bancário	14,10%	-	-	69.847	61.517
Operação compromissada	13,14%	6.628	6.729	211.935	220.757
Fundos de investimentos	14,15%	-	-	-	2.032
Em pesos argentinos:					
Fundos de investimentos	32,21%	-	-	11.452	6.398
Em pesos colombianos:					
Fundos de investimentos	4,95%	-	-	-	6.400
		6.628	6.729	293.234	297.104
Total do caixa e equivalentes de caixa		6.760	6.743	323.923	369.517

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Terceiros no país	388.123	151.952
Terceiros no exterior	58	179.446
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.405)	(2.901)
	386.776	328.496

A composição dos valores das contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

		Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	278.805	287.937
Vencidos até 30 dias	61.393	16.836
Vencidos de 31 a 60 dias	8.795	8.455
Vencidos de 61 a 90 dias	3.144	6.175
Vencidos de 91 a 180 dias (a)	23.730	3.266
Vencidos acima de 180 dias (a)	12.314	8.729
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.405)	(2.901)
	<u>386.776</u>	<u>328.496</u>

(a) Vide nota explicativa 1.4

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(2.901)
Reversão	<u>1.496</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(1.405)</u>

A Administração analisou o risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber e ajustou sua provisão para crédito de liquidação duvidosa, acredita que a provisão ora registrada é suficiente para cobertura de eventuais perdas. Veja política contábil na NE 4.8.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRRF	831	1.626	11.016	26.104
PIS E COFINS	27	118	12.497	17.177
INSS a recuperar (i)	-	-	37.254	9.519
ISS a recuperar	-	-	7.513	487
IVA (ii)	-	-	869	6.406
Outros Impostos	-	-	-	29
	<u>858</u>	<u>1.744</u>	<u>69.149</u>	<u>59.722</u>
Circulante	858	1.744	66.375	59.235
Não Circulante	-	-	2.774	487

- (i) A Companhia registrou o montante de R\$ 39.802, referentes a INSS sobre verbas indenizatórias, por probabilidade de êxito apontada por seus consultores jurídicos.
- (ii) Imposto sobre o valor agregado apurado pela controlada Contax Argentina no exterior.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Tributários	5.047	-	131.106	106.037
Trabalhistas	387	383	226.423	202.794
Cíveis	1.692	102	1.980	312
	<u>7.126</u>	<u>485</u>	<u>359.509</u>	<u>309.142</u>
Circulante	-	-	-	23.111
Não circulante	7.126	485	359.509	286.031

	Controladora				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Baixas	Atualização monetária
Tributários	-	4.829	-	-	218
Trabalhistas	383	192	(31)	(157)	-
Cíveis	102	1.590	-	-	-
Total	<u>485</u>	<u>6.611</u>	<u>(31)</u>	<u>(157)</u>	<u>218</u>
Não Circulante	485				

7.126

							Consolidado
	31/12/2015	Adições	Reversões	Baixas	Atualização monetária	Operação descontinuada(i)	31/12/2016
Tributários	106.037	13.716	(26)	-	11.379	-	131.106
Trabalhistas	202.794	62.939	(36.287)	(3.146)	174	(51)	226.423
Cíveis	312	1.668	-	-	-	-	1.980
Total	<u>309.142</u>	<u>78.323</u>	<u>(36.313)</u>	<u>(3.146)</u>	<u>11.553</u>	<u>(51)</u>	<u>359.509</u>
Circulante	23.111						-
Não Circulante	286.031						359.509

(i) Refere-se a classificação dos ativos mantidos para venda da Allus. (Nota explicativa 14)

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

11.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo					
	IRPJ a recuperar	7.832	9.364	27.714	48.487
	CSLL a recuperar	540	595	16.454	8.642
		<u>8.372</u>	<u>9.959</u>	<u>44.168</u>	<u>57.129</u>
Passivo					
	IRPJ a recolher	-	-	15.299	15.379
	CSLL a recolher	-	-	3.130	757
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.429</u>	<u>16.136</u>

11.2. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo				
Prejuízo fiscais de IRPJ	13.559	-	198.290	185.650
Base de cálculo negativa de CSLL	4.881	-	71.384	66.834
Allus	-	-	-	-
Diferenças temporárias ativas				
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1	-	43.760	31.719
Ágio sobre investimentos e outros	-	-	-	17.118
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	478	821
Provisões Trabalhistas	-	-	15.317	5.912
Outras Provisões	172	-	8.031	3.318
	<u>18.613</u>	<u>-</u>	<u>337.260</u>	<u>311.372</u>
Passivo				
Diferenças temporárias passivas				
Ágio (parcela alocada)	(2.565)	(2.672)	(8.524)	(47.819)
	<u>(2.565)</u>	<u>(2.672)</u>	<u>(8.524)</u>	<u>(47.819)</u>

Em dezembro de 2010, a Contax S.A. transferiu o controle da Ability para Contax Participações, por meio de uma cisão parcial de ativos, bem como as referidas obrigações de contraprestação. Dessa forma, o ágio registrado anteriormente na Contax foi transferido para os livros contábeis da Ability como crédito fiscal nos termos da Instrução CVM nº 319/99 e de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 09 (informações intermediárias Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial).

11.3. Período estimado de realização

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração realizou estudos técnicos de viabilidade que foram aprovados pelos órgãos de Administração, indicando a realização integral do ativo fiscal diferido até o exercício de 2027, conforme a seguir:

	Controladora	Controladas	Consolidado
2019	-	9.438	9.438
2020	-	17.664	17.664
2021	-	24.768	24.768
2022	1.841	29.140	30.981
2023	2.767	36.173	38.940
2024	3.734	39.617	43.351
2025	4.768	42.967	47.735
2026	5.330	45.431	50.761
2027	-	6.036	6.036
	18.440	251.234	269.674

A movimentação dos ativos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	-	2.579	311.372	204.996
Operação descontinuada	-	-	(23.750)	-
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	18.613	(2.732)	49.638	104.676
Outros	-	154	-	1.700
Saldo no final do exercício	18.613	-	337.260	311.372

11.4. Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

As despesas e benefícios com imposto de renda e contribuição social nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 encontram-se resumidas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Operação em continuidade				
Corrente				
Imposto de renda	-	(5.203)	(9.370)	(9.559)
Contribuição social	-	(1.882)	(3.167)	(2.720)
	-	(7.085)	(12.537)	(12.279)
Diferido				
Imposto de renda sobre adições temporárias	128	-	21.685	(17.618)
Contribuição social sobre adições temporárias	46		8.589	(5.042)
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	13.559	(2.050)	63.116	96.735
Contribuição social sobre base negativa	4.881	(683)	22.722	34.880
	18.613	(2.733)	116.112	108.955
	18.613	(9.818)	103.575	96.676
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Operação descontinuada				
Corrente				
Imposto de renda	-	-	(50.476)	-
Contribuição social	-	-	(18.171)	-
	-	-	(68.647)	-
Diferido				
Imposto de renda sobre adições temporárias	-	-	2.173	-
	-	-	2.173	-
	-	-	(66.474)	-

	Consolidado	Operação descontinuada	Realização Diferido	Operação continuada
Corrente	(12.537)	(68.647)	68.647	(12.537)
Diferido	49.638	2.173	(68.647)	116.112
	37.101	(66.474)	-	103.575

A variação demonstrada nas linhas de Imposto de Renda e Contribuição Social decorre do consumo do diferido fiscal acumulado, utilizado para quitar o imposto de renda e contribuição social corrente advindo do lucro na operação de venda.

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal vigente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão

apresentadas a seguir:

Operações Continuadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
(Prejuízo) lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(294.452)	(251.546)	(312.940)	(294.165)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	100.114	85.526	106.401	100.016
Ajustes para apuração da alíquota efetiva				
Adição/Exclusão permanente de equivalência patrimonial	(81.500)	(95.210)	-	-
Efeitos tributários sobre adições (exclusões) permanentes, líquidas (i)	(1)	-	(2.068)	(1.652)
Alteração à Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 11.638/07 (ii)	-	-	-	(1.782)
Outros (iii)	-	(133)	(758)	94
Despesa de imposto de renda e contribuição social	18.613	(9.817)	103.575	96.676

Operações Descontinuadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
(Prejuízo) lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	201.904	34.585
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	-	-	(68.647)	-
Ajustes para apuração da alíquota efetiva				
Efeitos tributários sobre adições (exclusões) permanentes, líquidas (i)	-	-	2.173	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(66.474)	-

- (i) Exercício reapresentado sem considerar os valores referentes a divisão "Allus" - nota explicativa 14
(ii) Referente ajuste de impostos diferidos conforme estudo técnico de viabilidade.

12. DESPESAS ANTECIPADAS E DEMAIS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos a fornecedores	-	60	123	2.363
Adiantamentos a empregados	-	-	7.625	3.426
Créditos a receber	454	4.568	27.042	41.290
Despesas antecipadas	651	246	12.212	9.766
"Escrow" Allus (i)	-	-	11.453	-
	<u>1.105</u>	<u>4.874</u>	<u>58.455</u>	<u>56.844</u>
Circulante	1.105	4.874	26.689	26.656
Não circulante	-	-	31.766	30.188

(i) Vide nota explicativa 14.1

13. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

13.1. Composição dos investimentos

Controladas	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Ability	-	78.677
Contax-Mobitel	155.043	63.868
	<u>155.043</u>	<u>142.545</u>

Na controlada o valor do investimento na Ability está considerando o ágio no valor de R\$ 49.081 em 31 de dezembro de 2015, transferido para Contax Mobitel em 31 de dezembro de 2016, pela incorporação.

13.2. Informações financeiras resumidas de controladas diretas

	31/12/2016		31/12/2015	
	Contax-Mobitel	Ability	Contax-Mobitel	Ability
Ativo circulante	830.836	-	482.464	46.896
Ativo não circulante	1.219.904	-	1.767.158	7.579
Passivo circulante	(835.271)	-	(1.279.229)	(23.802)
Passivo não circulante	(1.109.507)	-	(906.526)	(1.076)
Patrimônio líquido	(105.962)	-	(63.868)	(29.596)

	31/12/2016		31/12/2015	
	Contax-Mobitel	Ability	Contax-Mobitel	Ability
Receita líquida	1.950.830	91.772	2.314.673	144.169
(Prejuízo) lucro líquido	(43.664)	5.862	(245.185)	(259)

13.3. Movimentação dos investimentos diretos em controladas

			Controladas diretas	
			Total	
	Contax-Mobitel	Ability	31/12/2016	31/12/2015
a) Participação no capital 31/12/2016				
% de participação	100%			
Quantidade total de ações	14.787.108.108	-		
Quantidade de ações detidas	14.582.934.695	-		
b) Informações das controladas em 31/12/2016				
Capital social	578.962	-		
Patrimônio líquido	105.962	-		
Ágio	49.081	-		
Resultado do período	(43.664)	5.862		
c) Saldo do investimento				
Saldo no investimento no início do exercício	63.868	78.677	142.545	409.362
Equivalência patrimonial (i)	(245.568)	5.862	(239.706)	(280.029)
Equivalência patrimonial (ii)	201.904	-	201.904	34.585
Variação cambial de empresas no exterior (iii)	(91.231)	-	(91.231)	6.022
Investimentos	141.531	-	141.531	-
Investimentos (Incorporação Ability)	84.539	(84.539)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(27.394)
Total	155.043	-	155.043	142.546

(i) Resultado acumulado 4º ITR

(ii) Resultado da Divisão 'Allus'

(iii) Os ganhos e perdas decorrentes da variação cambial sobre a conversão dos investimentos nas subsidiárias no exterior totalizaram R\$ 91.231 em 31 de dezembro de 2016 (R\$6.022 em 31 de dezembro de 2015) e estão reconhecidos no grupo de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2016, houve a incorporação da Ability, empresa de Trade

marketing do grupo e subsidiária da Contax Participações, pela Contax-Mobitel, principal empresa operacional do grupo e também controlada integral da Contax Participações. Na mesma data, foram incorporada pela Contax-Mobitel outras duas empresas não operacionais controladas pela Contax Participações, a BRC e a Venecia.

14. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

14.1 Operação no exterior “Allus” descontinuada

Em fato relevante divulgado ao mercado no dia 15 de março de 2016, a Companhia informou que, depois de verificadas todas as condições de eficácia para o alongamento do endividamento financeiro da Companhia, os debenturistas e demais credores da dívida financeira da Companhia ratificaram autorização para a alienação, pela Companhia, da Divisão Allus (que concentrava as operações conduzidas pela Companhia na Argentina, Peru, Colômbia e Espanha), em uma ou mais operações, de forma a envolver a totalidade ou parte das sociedades que compunham a Divisão Allus. Em fato relevante divulgado ao mercado no dia 10 de junho de 2016, a Companhia informou que firmou contrato de compra e venda da divisão “Allus” com o Grupo Konectanet, S.L. (Grupo Konecta) no valor de US\$ 192 milhões. A conclusão da operação ocorreu em 09 de setembro de 2016, considerando valores informados na nota explicativa 1.3. Em 10 de outubro de 2016 foram recebidos no Brasil os recursos da operação.

Foi concretizada a venda da divisão “Allus” no valor de R\$ 600.865, sendo que efetivamente no caixa da Companhia houve um ingresso de R\$ 589.412 e que, conforme estabelecido no contrato, o valor de R\$11.453 foi depositado em conta ‘Escrow’ e será liberado nos próximos 2 anos, condicionado a tratativa fiscal da Empresa na Colômbia.

Em concordância com as práticas contábeis adotadas, CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, em 30 de junho e 31 de março de 2016, a Companhia apresentou seu balanço considerando a segregação, conforme quadros a seguir, e que compõem o valor realizado no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

14.2 Balanço Patrimonial

<u>ATIVO</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>31/03/2016</u>
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	33.656	Empréstimos e financiamentos	36.819
Contas a receber de clientes	177.403	Obrigações com arrendamento mercantil	40
Tributos a recuperar	25.959	Fornecedores	22.653
Depósitos judiciais	51	Salários, encargos sociais e benefícios	66.512
Despesas antecipadas e demais ativos	142.065	Tributos a recolher	22.096
Total do ativo circulante	<u>379.134</u>	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.206
		Demais obrigações	<u>19.163</u>
		Total do passivo circulante	<u>170.489</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Tributos a recuperar	1.092	Empréstimos e financiamentos	137.446
Tributos diferidos a recuperar	8.133	Obrigações com arrendamento mercantil	19
Despesas antecipadas e demais ativos	1.989	Tributos a recolher	6
Imobilizado	102.590	Tributos diferidos	<u>34.605</u>
Intangível (a)	250.700	Total do passivo não circulante	<u>172.076</u>
Total do ativo não circulante	<u>364.504</u>		
		TOTAL DO PASSIVO	<u>342.565</u>
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital social	13.254
		Reserva de capital	263.609
		Outros resultados abrangentes	63.115
		Prejuízo acumulado	61.095
		Total do patrimônio líquido	<u>401.073</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>743.638</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>743.638</u>

(a) Esse valor é composto por intangível de R\$ 304.268 (nota explicativa 16), menos ágio e outros intangíveis alocados na Contax Mobitel, nos montantes de R\$ 49.657 e R\$ 3.911, respectivamente, totalizando R\$ 250.700.

14.3 Composições dos Ativos e Passivos mantidos para venda

			31/03/2016
Ativo mantido para venda		Passivo relacionado ao ativo mantido para venda	
Ativos Grupo Allus	743.638	Passivos Grupo Allus	342.565
Ágio alocado na Contax Mobitel	49.657	IR diferido alocado na Contax Mobitel	2.173
Outros intangíveis alocado na Contax Mobitel	3.911		
	<u>797.206</u>	(b)	<u>344.738</u>

(b) A Companhia não apresentou a variação patrimonial ocorrida no período de 1º de abril a 30 de junho de 2016. Desta forma, a diferença entre o total do ativo apresentado em 31 de março e 30 de junho de 2016, é referente o valor de dividendos recebidos pela Contax Mobitel, no valor de R\$ 5.048 (Cinco milhões e quarenta e oito mil reais), em junho de 2016.

14.4 Demonstrações de Resultado do Exercício no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	31/12/2016 (a)	31/12/2015
Receita operacional líquida	221.749	571.294
Custo dos serviços prestados	(169.838)	(468.934)
Lucro operacional bruto	51.911	102.360
Receitas (despesas) operacionais		
Comerciais	(1.765)	(6.799)
Gerais e administrativas	(15.631)	(53.113)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(11.637)	15.707
	(29.033)	(44.205)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	22.878	58.155
Receitas financeiras	2.361	7.530
Despesas financeiras	(13.640)	(5.604)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	11.599	60.081
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(4.007)	(21.906)
Diferido	(536)	(3.630)
	(4.543)	(25.536)
Lucro líquido do exercício	7.056	34.545

(a) A Companhia não está apresentando a variação patrimonial ocorrida no período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2016 para a Divisão 'Allus'. Os saldos apresentados acima são referentes ao período findo em 31 de março de 2016, conforme determina o CPC 18 parágrafo 20.

14.5 Reapresentação da Demonstração de Resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015

	31/12/2015		
	Consolidado publicado	Allus	Consolidado (reapresentado)
Receita operacional líquida	3.209.384	813.713	2.395.671
Custo dos serviços prestados	(3.007.947)	(673.210)	(2.334.737)
Lucro operacional bruto	201.437	140.503	60.934
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	(15.463)	(3.508)	(11.955)
Gerais e administrativas	(357.137)	(71.171)	(285.966)
Pagamento baseado em ações	(394)	-	(394)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	72.143	10.162	61.981
	(300.851)	(64.517)	(236.334)
(Prejuízo) lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(99.414)	75.986	(175.400)
Receitas financeiras	85.723	34.757	50.966
Despesas financeiras	(280.474)	(46.869)	(233.605)
(Prejuízo) lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	(294.165)	63.874	(358.039)
Imposto de renda e contribuição social:			
Corrente	(37.289)	(25.010)	(12.279)
Diferido	104.676	(4.279)	108.955
	67.387	(29.289)	96.676
(Prejuízo) lucro líquido do período	(226.778)	34.585	(261.363)
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-	34.585
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(226.778)	34.585	(226.778)

14.6 Ganhos e Perdas Acumulados incluídos na Demonstração do Resultado Abrangente

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo anterior	85.473	77.113
Movimentação em operação	(22.358)	8.360
Venda divisão "Allus"	(63.115)	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>85.473</u>

14.7 Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Ativos mantidos para venda

	<u>31/03/2016</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	22.329
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(16.397)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(1.530)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(16.494)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(12.092)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	45.748
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	33.656

O impacto líquido no fluxo de caixa da operação descontinuada deve considerar o total recebido de R\$ 600.865 subtraído do saldo em conta 'Escrow' de R\$ 11.453 e caixa existente de R\$ 33.656.

14.8 Reapresentação da Informação por Segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2015

	31/12/2015		
	Contact center & BPO		Consolidado (reapresentado)
	Consolidado publicado	Allus	
Receita operacional líquida	3.026.109	813.713	2.212.396
Custo dos serviços prestados	(2.838.739)	(673.210)	(2.165.529)
Lucro operacional bruto	187.370	140.503	46.867
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	(13.814)	(3.508)	(10.306)
Gerais e administrativas	(325.234)	(71.171)	(254.063)
Pagamento baseado em ações	(394)	-	(394)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	78.211	10.162	68.049
	(261.231)	(64.517)	(196.714)
(Prejuízo) Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(73.861)	75.986	(149.847)
Receitas financeiras	78.583	34.757	43.826
Despesas financeiras	(278.756)	(46.869)	(231.887)
	(200.173)	(12.112)	(188.061)
(Prejuízo) Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	(274.034)	63.874	(337.908)
Imposto de renda e contribuição social:			
Corrente	(34.152)	(25.010)	(9.142)
Diferido	126.410	(4.279)	130.689
	92.258	(29.289)	121.547
(Prejuízo) Lucro líquido das operações continuadas	(181.776)	34.585	(216.361)
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-	34.585
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(181.776)	34.585	(181.776)

14.9 Apresentação do resultado da venda

Receita de venda	600.865
Baixa do investimento	
Investimento em 31/03/2016	(401.073)
Recebimento de dividendos em 30/06/2016	5.048
ágio alocado na Mobitel	(49.657)
carteira de clientes alocado na Mobitel	(3.911)
CTA - Outros resultados abrangentes	63.115
Baixa de equivalência do ITR16	7.056
	<hr/> 221.444
Despesas de venda	(19.540)
	<hr/> 201.904
IR e CS	(68.647)
IR e CS diferido alocado na Mobitel	2.173
Resultado da venda da Divisão Allus	<hr/> 135.430

15. IMOBILIZADO

								Consolidado
Taxa média ponderada a.a.	31/12/2015	Adições	Transferências (i)	Baixas	Baixas / Ajustes (iii)	Variação cambial (ii)	Operação descontinuada (ii)	31/12/2016
<u>Custo:</u>								
Terrenos	1.057	-	-	-	-	-	-	1.057
Edificações	5.537	-	-	-	-	-	-	5.537
Telecom e equipamentos de TI	704.070	2.585	2.001	(16.358)	(134.959)	(4.080)	(55.651)	497.608
Benfeitorias em imóveis de terceiros	372.724	6.689	829	(478)	(34.008)	(4.693)	(48.047)	293.016
Móveis e utensílios	223.359	1.613	1.116	(10.517)	4.272	(4.389)	(50.109)	165.345
Equipamentos de transmissão	85.186	541	728	(715)	(4.643)	(2.275)	(52.462)	26.360
Equipamentos de energia	52.511	2.124	77	(224)	2.851	(362)	(8.938)	48.039
Equipamentos de climatização	59.774	1.410	377	(77)	1.181	(1.025)	(15.918)	45.722
Imobilizações em andamento	9.862	3.280	(7.677)	-	-	(950)	(4.515)	-
Outros	14.833	36	(381)	-	(4.351)	(131)	(1.886)	8.120
Total	1.528.913	18.278	(2.930)	(28.369)	(169.657)	(17.905)	(237.526)	1.090.804
<u>Depreciação acumulada:</u>								
Edificações	7,00%	(2.462)	(375)	1.000	-	-	-	(1.837)
Telecom e equipamentos de TI	33,00%	(628.499)	(25.593)	(930)	14.369	132.333	31.863	(473.908)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	22,03%	(233.199)	(55.299)	(401)	180	37.710	22.657	(225.901)
Móveis e utensílios	12,50%	(156.321)	(14.550)	416	9.795	(3.831)	25.180	(135.980)
Equipamentos de transmissão	10,00%	(66.081)	(8.936)	7.641	313	4.867	35.402	(25.317)
Equipamentos de energia	10,00%	(32.053)	(8.154)	1.051	224	(2.911)	5.104	(36.532)
Equipamentos de climatização	10,00%	(24.896)	(9.168)	7	23	(6.030)	4.914	(34.788)
Outros	15,00%	(12.104)	(1.699)	(8.618)	-	6.185	9.816	(6.012)
Total		(1.155.615)	(123.774)	166	24.904	168.323	134.936	(940.275)
Imobilizado líquido		373.298	(105.496)	(2.764)	(3.465)	(1.334)	(102.590)	150.529

(i) Transferência líquida para o intangível no montante de R\$ 2.764.

(ii) Divisão Allus (Nota explicativa 14). Os itens do ativo imobilizado referentes ao saldo de 31 de dezembro de 2015, bem como a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (adições, transferência, baixa e variação cambial), relacionados a “Allus”, operação descontinuada.

(iii) Valor de R\$ 1.334 refere-se a transferência de classificação do intangível para o imobilizado, ao longo de 2016, a Companhia desmobilizou operacionalmente 14 sites, que gerou depreciação acelerada no valor de R\$ 44.068 e baixa / ajustes conforme quadro acima.

Consolidado							
	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2014	Adições	Transferências (i)	Baixas	Variação Cambial	31/12/2015
<u>Custo:</u>							
Terrenos		1.057	-	-	-	-	1.057
Edificações		13.682	166	(8.311)	-	-	5.537
Telecom e equipamentos de TI		690.517	12.256	4.344	(7.983)	4.936	704.070
Benfeitorias em imóveis de terceiros		417.905	13.034	53.060	(114.153)	2.878	372.724
Móveis e utensílios		213.502	10.194	(2.760)	(3.313)	5.736	223.359
Equipamentos de transmissão		90.547	1.534	613	(14.132)	6.624	85.186
Equipamentos de energia		54.104	4.338	22	(6.768)	815	52.511
Equipamentos de climatização		37.802	11.352	14.514	(4.302)	408	59.774
Imobilizações em andamento		52.484	21.066	(64.616)	(143)	1.071	9.862
Outros		14.662	2	540	(778)	407	14.833
Total		1.586.262	73.942	(2.594)	(151.572)	22.875	1.528.913
<u>Depreciação acumulada:</u>							
Edificações	7,00%	(10.233)	(1.340)	9.111	-	-	(2.462)
Telecom e equipamentos de TI	33,00%	(593.691)	(38.489)	(1.436)	7.954	(2.837)	(628.499)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	22,03%	(272.371)	(66.694)	(7.224)	114.098	(1.008)	(233.199)
Móveis e utensílios	12,50%	(139.398)	(20.603)	2.341	3.278	(1.939)	(156.321)
Equipamentos de transmissão	10,00%	(61.296)	(14.319)	(146)	14.132	(4.452)	(66.081)
Equipamentos de energia	10,00%	(30.795)	(7.554)	-	6.741	(445)	(32.053)
Equipamentos de climatização	10,00%	(18.851)	(6.470)	(3.869)	4.285	9	(24.896)
Outros	15,00%	(11.052)	(1.710)	-	778	(120)	(12.104)
Total		(1.137.687)	(157.179)	(1.223)	151.266	(10.792)	(1.155.615)
Imobilizado líquido		448.575	(83.237)	(3.817)	(306)	12.083	373.298

O quadro a seguir demonstra o intervalo de taxas e as taxas médias ponderadas anuais de depreciação, que foram definidas com base na vida útil econômica dos ativos da Companhia:

	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Intervalo de Taxas - %
Telecom e equipamentos de TI	33,00	33,00
Móveis e utensílios	12,50	12,50
Instalações em imóveis de terceiros	22,03	10,00 a 50,00
Edificações	7,00	4,00 a 10,00
Equipamentos de energia	10,00	10,00
Equipamentos de transmissão	10,00	10,00
Outros	15,00	10,00 a 20,00

16. INTANGÍVEL

										Consolidado
	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2015	Adições	Transferências (i)	Baixas	Baixas / Ajustes (iii)	Variação cambial (ii)	Operação descontinuada (ii)	Incorporação/ Investimento	31/12/2016
Custo:										
Ágio		378.171	-	-	-	-	3.877	(205.952)	-	176.096
Contax-Mobitel		31.396	-	-	-	-	-	-	49.081	80.477
Ability		49.081	-	-	-	-	-	-	(49.081)	-
TODO		95.619	-	-	-	-	-	-	-	95.619
Grupo Allus		202.075	-	-	-	-	3.877	(205.952)	-	-
Carteira de clientes - Aquisição Grupo Allus		94.902	-	5.749	-	-	(2.083)	(98.569)	-	(1)
Carteira de clientes - Aquisição Contax-Mobitel		45.954	-	(649)	-	-	-	-	-	45.305
Software em desenvolvimento		10.122	238	(8.495)	(524)	(78)	-	-	-	1.263
Marcas e patentes		2.317	14	-	-	-	(60)	(263)	-	2.008
Marcas - Aquisição Grupo Allus		6.470	-	(6.470)	-	-	-	-	-	-
Sistema de processamento de dados		637.313	8.285	10.248	(5.966)	46.453	(3.031)	(66.418)	-	626.884
		1.175.249	8.537	383	(6.490)	46.375	(1.297)	(371.202)	-	851.555
Amortização acumulada:										
Carteira de clientes - Aquisição Grupo Allus	5,07%	(24.448)	(87)	(1.261)	-	-	-	25.796	-	-
Carteira de clientes - Aquisição Contax-Mobitel	10,62%	(21.375)	(2.880)	(1.298)	-	-	-	-	-	(25.553)
Marcas e patentes	10,73%	(207)	(7)	-	-	-	40	174	-	-
Marcas - Aquisição Grupo Allus	5,00%	(2.181)	-	2.181	-	-	-	-	-	-
Sistema de processamento de dados	10,26%	(371.190)	(46.336)	2.759	3.914	(45.041)	1.815	40.964	-	(413.115)
		(419.401)	(49.310)	2.381	3.914	(45.041)	1.855	66.934	-	(438.668)
Intangível líquido		755.848	(40.773)	2.764	(2.576)	1.334	558	(304.268)	-	412.887

(i) Transferência líquida do imobilizado no montante de R\$ 2.764.

(ii) Divisão Allus (Nota explicativa 14). Os itens dos intangíveis referentes ao saldo de 31 de dezembro de 2015, bem como a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (adições, transferência, baixa e variação cambial), relacionados a “Allus”, estão apresentados na coluna, operação descontinuada.

(iii) Valor de R\$ 1.334 refere-se a transferência de classificação de imobilizado para intangível.

		Consolidado						
		Taxa média ponderada a.a.	31/12/2014	Adições	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	31/12/2015
Custo:								
Ágio			391.863	-	-	-	(13.692)	378.171
Contax-Mobitel			31.396	-	-	-	-	31.396
Ability			49.081	-	-	-	-	49.081
TODO			95.619	-	-	-	-	95.619
Grupo Allus			215.767	-	-	-	(13.692)	202.075
Carteira de clientes - Aquisição Grupo Allus			88.044	-	-	-	6.858	94.902
Carteira de clientes - Aquisição Contax-Mobitel			45.954	-	-	-	-	45.954
Software em desenvolvimento			74.478	19.797	(83.926)	(227)	-	10.122
Marcas e patentes			2.276	60	-	-	(19)	2.317
Marcas - Aquisição Grupo Allus			5.921	-	-	-	549	6.470
Sistema de processamento de dados			492.299	60.212	86.062	(7.201)	5.941	637.313
			1.100.835	80.069	2.136	(7.428)	(363)	1.175.249
Amortização acumulada:								
Carteira de clientes - Aquisição Grupo Allus	5,07%	(18.156)	(4.963)	-	-	-	(1.329)	(24.448)
Carteira de clientes - Aquisição Contax-Mobitel	10,62%	(16.531)	(4.844)	-	-	-	-	(21.375)
Marcas e patentes	10,73%	(187)	(35)	-	-	-	15	(207)
Marcas - Aquisição Grupo Allus	5,00%	(2.918)	(185)	-	-	-	922	(2.181)
Sistema de processamento de dados	10,26%	(342.500)	(33.484)	1.681	7.175	(4.062)	(371.190)	(419.401)
		(380.292)	(43.511)	1.681	7.175	(4.454)	(419.401)	(419.401)
Intangível líquido			720.543	36.558	3.817	(253)	(4.817)	755.848

16.1. Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa

O valor recuperável é determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa descontados com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável *impairment* foram adotadas as premissas apresentadas abaixo:

<u>Unidades geradoras de caixa</u>	<u>Taxa de desconto a.a.</u>	<u>Taxa média de crescimento a.a.</u>
<i>Contact center</i> & BPO		
Trade marketing	12,7%	IPCA + 2%
Contax-Mobitel	12,7%	IPCA + 2%
Tecnologia & informação	12,7%	IPCA + 2%

17. DEBÊNTURES

A Companhia vem ao longo dos anos captando recursos por meio da emissão de debêntures visando aumentar o seu volume de investimentos e promover a readequação do perfil de suas dívidas. Apresenta-se abaixo um quadro resumo com as características dos títulos vigentes:

Controladora e Consolidado														
Tipo de emissão	Série	Contraparte	Data de emissão	Vencimento final	Na data da emissão				Quantidade		Taxa média efetiva de juros a.a.	P.M.V.A. (i)	31/12/2016	31/12/2015
					Quantidade emitida	P.U. emissão	Custo de emissão	Prêmio	em circulação	Encargos a.a.				
Pública	1o.	1ª Emissão - Série Única	24/05/11	15/12/21	55	1.000.000	241	-	55	CDI + 1,25%	15,56%	3,9	19.346	19.978
Pública	1o.	1ª Emissão - 1ª Série	15/12/11	15/12/21	21.264	10.000	1.159	761	21.264	CDI + 1,25%	15,56%	3,9	222.731	230.213
Pública	2o.	1ª Emissão - 2ª Série	15/12/11	15/12/21	18.736	10.000	1.022	670	18.736	IPCA + 7,8%	17,38%	3,9	254.776	264.837
Pública	1o.	2ª Emissão - 1ª Série	15/08/12	15/12/21	126.719	1.000	658	1.535	126.719	IPCA + 6,5%	15,91%	3,8	153.810	163.902
Pública	2o.	2ª Emissão - 2ª Série	15/08/12	15/12/21	126.719	1.000	658	1.535	126.719	TJLP + 2,5%	10,00%	3,8	89.604	92.610
Pública	1o.	4ª Emissão 1ª Série	04/05/16	16/12/21	46.303	1.000	129	-	46.303	CDI + 1,25%	15,56%	3,9	50.928	-
Pública	2o.	4ª Emissão 2ª Série	29/08/16	16/12/21	54.540	1.000	129	-	54.540	CDI + 1,25%	15,56%	3,9	56.995	-
Pública	Única	3ª Emissão - Serie Única	29/08/14	15/12/21	31.000	10.000	1.345	-	31.000	CDI + 1,25%	15,56%	3,9	312.811	325.296
Bônus de subscrição sobre debêntures													1.161.001	1.096.836
Total													1.015	20
													1.162.016	1.096.856
Circulante													5.036	696.756
Não circulante													1.156.980	400.100

A movimentação de debêntures do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está

apresentada a seguir:

Controladora e Consolidado										
Tipo de emissão	Emissão e Série	31/12/2015	Captação	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Encargos Financeiros	Variação Monetária	Custo de Transação/ Prêmio	Pagamento do Premio	31/12/2016
Pública	1ª Emissão - Série Única	19.978	-	(2.956)	(650)	2.957	-	17	-	19.346
Pública	1ª Emissão - 1ª Série	230.213	-	(34.289)	(7.222)	34.264	-	-	(235)	222.731
Pública	1ª Emissão - 2ª Série	264.837	-	(42.188)	(5.651)	37.588	353	111	(274)	254.776
Pública	2ª Emissão - 1ª Série	163.902	-	(29.523)	(2.212)	11.452	10.357	-	(166)	153.810
Pública	2ª Emissão - 2ª Série	92.610	-	(13.974)	(879)	12.034	100	(207)	(80)	89.604
Pública	3ª Emissão - Serie Única	325.296	-	(49.988)	(8.671)	45.850	-	657	(333)	312.811
Pública	4ª Emissão 1ª Série	-	46.303	-	-	4.625	-	-	-	50.928
Pública	4ª Emissão 2ª Série	-	54.540	-	-	2.691	-	(236)	-	56.995
		<u>1.096.836</u>	<u>100.843</u>	<u>(172.918)</u>	<u>(25.285)</u>	<u>151.461</u>	<u>10.810</u>	<u>342</u>	<u>(1.088)</u>	<u>1.161.001</u>
Bônus de subscrição sobre debêntures (5.5)		<u>20</u>								<u>1.015</u>
Total		<u>1.096.856</u>								<u>1.162.016</u>
Circulante		696.756								5.036
Não circulante		400.100								1.156.980

17.1. Cronograma de vencimentos de endividamento

	Controladora e Consolidado
	31/12/2016
2018	284.213
2019	284.213
2020	284.213
2021	304.341
	<u>1.156.980</u>

No âmbito do reperfilamento, foi aprovada a alteração do cronograma de pagamento de juros das debêntures, o qual será realizado trimestralmente a partir de março de 2017, com término em dezembro de 2021, e a alteração do cronograma de amortização de principal, a qual será realizada trimestralmente a partir março de 2018, com término em dezembro de 2021.

Os custos incorridos e os prêmios recebidos com as emissões de debêntures estão sendo amortizados pelo prazo do contrato, conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 649/10.

Aos debenturistas da 2ª Emissão, detentores dos títulos emitidos em 15 de setembro de 2012, foi outorgado um bônus de subscrição de ações a ser exercido mediante a entrega pelo debenturista das debêntures da 1ª. série.

Conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 604/10, ao bônus de subscrição foi dado o tratamento contábil de derivativo embutido, haja vista se tratar de instrumento financeiro que outorga o direito de subscrever uma quantidade de um lote representativo de ações ordinárias de emissão da Companhia resultante da divisão entre o valor nominal atualizado das debêntures da 1ª. Série da 2ª emissão na data do exercício do bônus de subscrição ao preço de exercício do bônus, atualmente em - R\$ 49,65. O preço de exercício determina o

número de ações a receber e a conversão ocorre mediante a entrega das debêntures da 1ª série da 2ª emissão.

As escrituras de debêntures estabelecem que caso sejam descumpridas as condições descritas abaixo, as debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, a saber:

- Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia ou por qualquer uma de suas controladas relevantes independentemente do diferimento do respectivo pedido;
- Liquidação ou dissolução da Companhia ou de qualquer uma de suas controladas relevantes;
- Cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes às emissões de debêntures, sem a observância de seus termos;
- Sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer documento referente às emissões de debêntures;
- Não pagamento de quaisquer valores devidos aos credores das debêntures nas datas previstas, não sanado no prazo de 2 dias úteis contados da data devida;
- Vencimento antecipado em razão de inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações financeiras da Companhia ou de qualquer uma de suas controladas relevantes em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000, sendo certo que será atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado, emitido pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado em até 15 dias contados de sua ocorrência;
- Protesto de títulos contra a Companhia ou de qualquer uma de suas controladas relevantes em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000, sendo certo que será atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado em até 30 dias contados de sua ocorrência; e
- Transformação da forma societária da Companhia de sociedade anônima para sociedade limitada.

Em 29 de agosto de 2016 ocorreu a liquidação da oferta pública de distribuição de debêntures nominativas, escriturais, da espécie subordinada, em 2 (duas) séries, sendo a primeira série composta por debêntures simples, não conversíveis em ações, e a segunda série composta por debêntures conversíveis em ações, da 4ª (quarta) emissão da Emissora com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476. (“Oferta Restrita” e “Emissão”, respectivamente).

A Oferta Restrita compreendeu a distribuição pública, com esforços restritos de colocação,

no Brasil, de 100.843 (cem mil, oitocentas e quarenta e três) Debêntures, sendo 46.303 (quarenta e seis mil, trezentas e três) debêntures da primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e 54.540 (cinquenta e quatro mil, quinhentas e quarenta) debêntures da segunda série (“Debêntures da Segunda Série”), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), nas respectivas datas de emissão das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, perfazendo o montante total de R\$ 100.843.000,00 (cem milhões, oitocentos e quarenta e três mil reais), coordenada pelo Banco Modal S.A.

As Debêntures da Primeira Série foram liquidadas integralmente por meio da capitalização do saldo devedor atualizado do empréstimo subordinado contratado pela Companhia junto à CTX Participações S.A. (“CTX”), no âmbito do reperfilamento de suas dívidas financeiras concluído com seus credores no primeiro trimestre de 2016 (“Reperfilamento”), de acordo com os termos do “Instrumento Particular de Mútuo Subordinado e Outras Avenças”, celebrado entre a CTX e a Companhia em 14 de março de 2016, no valor total de R\$ 45.460

As Debêntures da Segunda Série foram subscritas e integralizadas em dinheiro no valor de R\$ 54.540.000,00 (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta mil reais). Nos termos previstos na escritura de emissão das Debêntures e de acordo com o acordado entre a Companhia e seus credores no âmbito do Reperfilamento, a Andrade Gutierrez S.A. e a Fundação Atlântico de Seguridade Social subscreveram a totalidade das Debêntures da Segunda Série objeto da Oferta Restrita, conforme seus compromissos de investimento assumidos junto à Companhia e seus credores no Reperfilamento, sendo que os recursos da Oferta Restrita têm sido destinados pela Companhia dentro da gestão ordinária de seus negócios, para fins de complementação e/ou reforço do fluxo de caixa da Companhia e/ou de suas controladas.

As Debêntures da Segunda Série poderão ser convertidas em ações após o período de 3 anos, contados da data de emissão. Cada debênture poderá ser convertida em um número de ações, obtido pela divisão de 45 ações por um fator de ajuste de correção, de acordo com a fórmula prevista na escritura.

17.2. ‘Covenants’

Adicionalmente, as escrituras de debêntures estabelecem a obrigação da manutenção de índices financeiros (“*covenants*”) de forma a evitar a aceleração destas obrigações. Destaca-se que, no caso de inobservância a esta exigência a aceleração não é automática, devendo a Companhia informar imediatamente ao agente fiduciário que, por sua vez, no prazo máximo de 5 dias úteis, deverá convocar uma assembleia geral de debenturistas com no mínimo 2/3 de quórum para deliberar sobre o vencimento antecipado das obrigações contraídas pela Companhia. No caso de não instalação da assembleia geral de debenturistas, o agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures.

No final do 1º trimestre de 2016, a Companhia concluiu o reperfilamento das dívidas, com dispensa de leitura dos índices financeiros da Companhia (“*covenants* financeiros”) até o 4º trimestre de 2016 (inclusive).

A partir do encerramento do primeiro trimestre de 2017, a Companhia retomará a obrigação de leitura dos índices financeiros (“*covenants*”) e a devida medição, conforme critérios dispostos abaixo:

(a) Dívida Líquida / EBITDA:

<i>Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de</i>	<i>Índice (ratio) resultante da apuração do índice Dívida Líquida / EBITDA aplicável</i>
2016	Não Há
2017	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Companhia em razão igual ou inferior a 5,25 (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes.
2018	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Companhia em razão igual ou inferior a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes.
2019	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Companhia em razão igual ou inferior a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes.
A partir do exercício social de 2020	Índice Dívida Líquida / EBITDA da Companhia em razão igual ou inferior a 3,00 (três inteiros) vezes.

(b) EBITDA/Despesa Financeira Líquida:

<i>Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social</i>	<i>Índice (ratio) resultante da apuração do índice EBITDA / Despesas Financeira Líquida aplicável</i>
2016	Não Há
2017	Índice EBITDA / Despesa Financiera Líquida da Companhia em razão igual ou superior a 1,25 (um inteiro e vinte e cinco centésimos) vez.
2018 a 2019	Índice EBITDA / Despesa Financiera Líquida da Companhia em razão igual ou superior a 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos) vez.
A partir do exercício social de 2020	Índice EBITDA / Despesa Financiera Líquida da Companhia em razão igual ou superior a 1,65 (um inteiro e sessenta e cinco centésimos) vez.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição da posição de empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e vigentes na data de encerramento destas demonstrações financeiras está apresentada a seguir:

					Consolidado	
Objeto	Vigência		Encargos financeiros a.a.	Taxa efetiva	31/12/2016	31/12/2015
	Início	Vencimento				
Em moeda nacional						
BNDES - expansão da capacidade instalada	03/2010	09/2016	TJLP + 2,73%	7,73%	-	53.824
BNDES - máquinas e equipamentos	03/2010	09/2016	4,50%	4,50%	-	7.949
BNDES - capital de giro	05/2011	05/2017	TJLP + 2,50%	7,50%	-	8.571
BNDES - Capital de giro (A)	05/2011	12/2021	TJLP + 2,5%	10,00%	3.954	-
BNDES - Capital de giro (B)	05/2011	12/2021	Selic + 1,7%	16,09%	4.148	-
BNDES - Prosoft I	09/2012	09/2018	TJLP + 1,50%	6,50%	-	50.913
BNDES - Prosoft II	09/2012	09/2018	TJLP + 2,50%	7,50%	-	89.046
BNDES - Prosoft III	09/2012	09/2018	TJLP + 0,90%	5,90%	-	2.589
BNDES - Prosoft (A)	09/2012	12/2021	TJLP + 2,5%	10,00%	65.723	-
BNDES - Prosoft (B)	09/2012	12/2021	Selic + 1,7%	16,09%	68.959	-
BNDES - PSI	10/2014	06/2019	3,50%	3,50%	755	1.092
BNDES - Itaú Prosoft I	02/2014	01/2021	TJLP + 4,00%	11,50%	28.996	36.344
BNDES - Itaú Prosoft II	02/2014	01/2021	SELIC + 4,00%	18,72%	35.020	39.034
SAFRA	03/2016	02/2019	CDI + 1,25% a.a.	15,56%	53.431	-
ITAÚ	04/2016	12/2021	CDI + 1,22% a.a.	15,52%	3.033	-
					264.019	289.362
Em moeda estrangeira						
Capital de Giro - Peru	03/2011	01/2019	4,50%	4,50%	-	22.646
Capital de Giro - Peru	08/2010	12/2018	3,60% a 7,70%	7,70%	-	28.637
Capital de Giro - Colombia	07/2015	07/2022	IBR + 3,10%	5,98%	-	125.154
Capital de Giro - Argentina	03/2013	05/2016	15,00%	15,30%	-	696
					-	177.133
					264.019	466.495
Circulante					57.317	161.308
Não circulante					206.702	305.187

Apresenta-se abaixo um breve descritivo dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2016:

BNDES – expansão da capacidade instalada: Em março de 2010 a Companhia, por meio da subsidiária integral Contax S.A., incorporada em 2014, pela também subsidiária integral Contax Mobitel, contraiu um empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) com o objetivo de utilizar os recursos financeiros na ampliação da capacidade instalada e modernização das instalações, implementação de programas de qualidade. No âmbito do reperfilamento, o contrato foi liquidado em 11 de março de 2016 com recursos oriundos de novo empréstimo com o Banco Safra S.A., originalmente o banco fiador da operação.

BNDES – máquinas e equipamentos: Também em março de 2010 a Companhia, por meio

da subsidiária integral Contax S.A., incorporada em 2014, pela também subsidiária integral Contax Mobitel, contraiu um empréstimo para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial (“FINAME”). No âmbito do reperfilamento, o contrato foi liquidado em 11 de março de 2016 com recursos oriundos de novo empréstimo com o banco Safra S.A., originalmente o banco fiador da operação.

Para ambos os empréstimos descritos anteriormente, as cláusulas relacionadas à cessão fiduciária de direitos creditórios e manutenção de índices financeiros contidas neste contrato foram substituídas com anuência do credor, por carta fiança contratada pela Companhia junto ao Banco Safra S.A., no montante equivalente ao saldo devedor conforme consta do aditivo contratual celebrado entre as partes em 2 de setembro de 2014.

BNDES – capital de giro: Em 16 de maio de 2011, a subsidiária integral Contax-Mobitel celebrou contrato de financiamento com o BNDES, na modalidade de capital de giro, cujo vencimento seria em 15 de maio de 2017. No âmbito do reperfilamento, foi celebrado o aditamento do contrato prevendo o novo vencimento em 15 de dezembro de 2021, com pagamentos de juros a partir de 2017 e amortizações a partir de 2018. O valor total devido foi dividido em 2 subcréditos nos termos abaixo:

- (i) Subcrédito “A”: Juros remuneratórios de 2,5% a.a. acima da TJLP;
- (ii) Subcrédito “B”: Juros remuneratórios de 1,7% a.a. acima da variação acumulada da taxa SELIC;

Em garantia ao empréstimo, a Companhia ofereceu fiança por meio de Instituição Financeira.

BNDES – PROSOFT: No âmbito do Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (“PROSOFT”), em setembro de 2012 a subsidiária integral Contax-Mobitel captou três tranches, com pagamentos mensais e consecutivos, com vencimento final em 15 de setembro de 2018, a saber:

I – Subcrédito “A”: destinado à investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas soluções;

II – Subcrédito “B”: destinado a investimentos na ampliação de posições de atendimento, em infraestrutura, mobiliário e treinamento; e

III – Subcrédito “C”: destinado a investimentos em projeto de âmbito social designado Projeto Estação do Conhecimento Contax.

No âmbito do reperfilamento, foi celebrado o aditamento do contrato prevendo o novo vencimento em 15 de dezembro de 2021, com pagamentos de juros a partir de 2017 e amortizações a partir de 2018. O valor total devido foi dividido em 2 subcréditos nos termos abaixo:

- (i) Subcrédito “A”: Juros remuneratórios de 2,5% a.a. acima da TJLP;

- (ii) Subcrédito “B”: Juros remuneratórios de 1,7% a.a. acima da variação acumulada da taxa SELIC;

Em garantia aos empréstimos obtidos no âmbito do PROSOFT, a Companhia ofereceu fianças por meio de Instituições Financeiras.

BNDES – PSI: No âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento, em 16 de dezembro de 2014, a subsidiária integral Contax-Mobitel contraiu empréstimo para aquisição de equipamentos de informática. O vencimento final desta obrigação está previsto para 15 de junho de 2019. Em garantia ao financiamento, a Contax-Mobitel ofereceu avais e alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos por meio desse contrato.

BNDES – Itau Prosoft – No âmbito do Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (“PROSOFT”), em dezembro de 2014 a subsidiária integral Contax-Mobitel celebrou contrato de repasse com o Banco Itau Unibanco S.A. Em 23 de fevereiro de 2015 houve a liberação de dois subcréditos no montante de R\$32.752, em 22 de junho de 2015 houve a liberação parcial do subcrédito A no montante de R\$ 19.106 e em 26 de junho de 2015 houve a liberação parcial do subcrédito B no montante de R\$ 19.106. Em novembro de 2015 a liberação de novos créditos foi interrompida em comum acordo entre as partes.

Safra – Em março de 2016, no âmbito do reperfilamento, a subsidiária integral Contax-Mobitel celebrou contrato de empréstimo com o Banco Safra S.A. na modalidade de capital de giro, com vencimento final em 25 de fevereiro de 2019. O recurso foi aplicado na liquidação das obrigações decorrentes dos contratos “BNDES – expansão da capacidade instalada” e “BNDES – máquinas e equipamentos”.

Itaú – Em março de 2016, no âmbito do reperfilamento, a subsidiária integral Contax-Mobitel celebrou contrato de empréstimo com o Banco Itaú Unibanco S.A. na modalidade de capital de giro, no valor de R\$ 5.456, com vencimento final em 15 de dezembro de 2021. Em 15 de abril de 2016 ocorreu a liberação da primeira parcela no valor de R\$ 1.246. Os recursos serão desembolsados para liquidar a amortização de juros do contrato de repasse firmado com o banco (BNDES – Itaú Prosoft) no período entre abril de 2016 e fevereiro de 2017. Também no âmbito do reperfilamento, a Contax-Mobitel celebrou segundo contrato de empréstimo com o Banco Itaú Unibanco S.A. na modalidade de capital de giro, no valor de R\$ 19.220, com vencimento final em 15 de dezembro de 2021. As liberações dos recursos serão feitas no período entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2018 para liquidar a amortização de principal do contrato de repasse firmado com o banco (BNDES – Itaú Prosoft).

A movimentação de empréstimos e financiamentos do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

[illegible]

O cronograma de vencimentos do endividamento está apresentado abaixo:

	Consolidado
	31/12/2016
2017	30.069
2018	67.666
2019	41.105
2020	38.988
2021	28.874
	<u>206.702</u>

Garantias:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo de empréstimos e financiamentos	264.019	466.495
Garantias vinculadas ao BNDES		
Fiança	142.784	212.152
Alienação fiduciária dos bens financiados	1.346	1.346
	<u>144.130</u>	<u>213.498</u>

19. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	1.202	1.661	159.298	238.497
Fornecedores estrangeiros	-	-	154	4.552
	<u>1.202</u>	<u>1.661</u>	<u>159.452</u>	<u>243.049</u>

As contas a pagar a fornecedor não estão sujeitas a incidência de juros e são geralmente liquidadas no prazo entre 60 e 120 dias.

20. ANTECIPAÇÃO DE FORNECEDORES

Conforme divulgado na nota 1.1, a Administração da Companhia vêm envidando esforços para promover uma melhoria na posição do capital circulante líquido, como consequência, a Administração promoveu uma negociação junto aos principais fornecedores para alongar os respectivos prazos de pagamentos de modo a reduzir a diferença entre o prazo médio de recebimento (“PMR”) e o prazo médio de pagamento (“PMP”).

De forma amenizar os impactos da mudança do prazo de pagamento no fluxo de caixa dos seus fornecedores, a Companhia assinou um contrato junto a instituições financeiras que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores.

Considerando que a antecipação desse recebimento junto às instituições financeiras é uma opção dos fornecedores, esta modalidade não implica na ocorrência de despesas financeiras para a Companhia, não requer a participação obrigatória dos fornecedores, como também, a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial.

Em 31 de dezembro de 2016, a antecipação de fornecedores apresenta o saldo de R\$ 66.774 (R\$ 63.124 em 31 de dezembro de 2015).

21. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários e honorários	102	-	63.027	77.560
Férias provisionadas	-	-	91.458	112.334
Provisão 13º salário (i)	-	-	-	11.510
Encargos sociais	346	287	43.871	53.567
Gratificações e participações de empregados	-	-	16.993	23.076
Outros	-	-	19	810
	<u>448</u>	<u>287</u>	<u>215.368</u>	<u>278.857</u>
Circulante	448	287	214.809	278.857
Não Circulante	-	-	559	-

(i) Refere-se ao décimo terceiro salário das subsidiárias no exterior cujo pagamento ocorre no ano subsequente.

22. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia é arrendatária em diversos contratos que podem ser classificados como arrendamento operacional ou financeiro.

22.1 Operacional

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, são apresentados a seguir:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2016</u>
2017	46.178
2018	39.412
2019	24.578
2020	21.218
2021	20.879
mais de 5 anos	50.427
	<u>202.692</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os valores de arrendamentos operacionais reconhecidos como despesa totalizaram R\$ 89.180 (R\$123.104 em 31 de dezembro de 2015).

22.2 Financeiros

A Companhia contrata arrendamentos mercantis financeiros de equipamentos, de informática e imobiliário, destinados à manutenção de suas atividades.

A Companhia mantém controle dos bens arrendados os quais estão apresentados a seguir:

		Consolidado	
		Taxa média ponderada a.a	
		31/12/2016	31/12/2015
Custo			
	Veículos	-	237
	Equipamentos e informática	6.909	6.909
		<u>6.909</u>	<u>7.146</u>
Depreciação acumulada			
	Veículos	20%	(173)
	Equipamentos e informática	33%	(1.209)
		<u>(2.591)</u>	<u>(1.382)</u>
		<u>4.318</u>	<u>5.764</u>

Os pagamentos futuros mínimos obrigatórios estão segregados conforme a seguir e foram registrados no passivo circulante e não circulante.

		Consolidado	
		Valor presente dos pagamentos mínimos	Pagamentos futuros mínimos
		Juros	
2017	1.966	758	1.208
2018	1.966	758	1.208
2019	1.966	758	1.208
2020 em diante	1.014	395	619
	<u>6.912</u>	<u>2.669</u>	<u>4.243</u>
Circulante	1.966		
Não Circulante	4.946		

As cláusulas dos contratos de ambas as modalidades, no que tange a renovação, reajuste e opção de compra, são baseadas em práticas de mercado. Ademais, não existem cláusulas de pagamentos contingentes ou relativas à restrição de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio ou captação de dívida adicional.

23. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ISS	-	-	14.559	9.942
PIS e COFINS	475	763	15.532	27.595
Impostos parcelados	867	-	13.849	1.811
IRRF	9	160	5.414	7.115
INSS	-	-	5.141	-
Outros tributos a recolher (i)	-	8	4.892	26.976
	<u>1.351</u>	<u>931</u>	<u>59.387</u>	<u>73.439</u>
Circulante	1.245	931	58.287	71.542
Não circulante	106	-	1.100	1.897

(i) Refere-se basicamente a impostos retidos sobre consignação a favor de terceiros.

24. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação à tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com a Deliberação CVM nº 594/09, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

24.1 Contingências com perdas prováveis

	Consolidado					
	31/12/2015	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Operação descontinuada (i)
Tributário	54.660	5.642	-	(2.826)	4.579	-
Trabalhistas	50.520	83.265	(46.810)	(7.464)	-	(3.206)
Cíveis	5.281	13.129	-	(16.381)	(213)	-
Total	110.461	102.036	(46.810)	(26.671)	4.366	(3.206)
Circulante	15.768					
Não Circulante	94.693					

(i) Refere a classificação dos ativos mantidos para venda da Allus. (Nota explicativa 14)

24.1.1 Tributário

As contingências tributárias consolidadas e classificadas como perda provável envolvem, principalmente, o seguinte processo:

Multiplicador FAP: a partir de 1º de janeiro de 2010, a Previdência Social do Brasil, por força de lei, instituiu o Fator Acidentário de Prevenção (“FAP”). O FAP tem como base a dicotomia “bonus - malus” e seu valor varia entre 0,5% e 2,0% sobre a alíquota do encargo previdenciário referente ao Risco Ambiental do Trabalho (“RAT”), conforme o maior ou menor grau de investimentos em programas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e proteção contra os riscos ambientais do trabalho, respectivamente.

A Contax está questionando, judicialmente, a aplicação do multiplicador FAP, pois há diversas ofensas à Constituição Federal do Brasil e à legislação ordinária, na metodologia desenvolvida pela Previdência Social do Brasil.

Em 11 de fevereiro de 2010, foi obtida liminar para realização de depósito judicial do montante decorrente da diferença advinda do multiplicador FAP. Aguarda-se a instauração da dilação probatória e o julgamento em primeira instância.

Em setembro de 2015, o Governo publicou normas (Resolução CNPS nº 1.327/2015) alterando a sistemática de apuração do tributo, devendo ser considerado o multiplicador de forma individualizada por estabelecimento da empresa. A mudança de estimativa de forma prospectiva, resultou na reversão parcial da provisão no montante correspondente à R\$ 49.637 em 31/12/2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante provisionado referente a este risco tributário corresponde a R\$56.409 (R\$50.904 em 31 de dezembro de 2015).

24.1.2 Trabalhista

A Companhia possui diversos processos trabalhistas, inerentes ao setor de atuação, onde as principais discussões estão relacionadas a pedidos de equiparação salarial e de benefícios com as indústrias onde atuamos como prestadores de serviços e horas extras. Existem diversas ações estruturadas em andamento que visam a redução no número de processos entrantes, bem como a melhoria do indicador de improcedência dos pedidos.

No Brasil, a atividade operacional da Companhia a expõe, por meio de ações movidas por colaboradores desligados, a contingências das quais a matéria em discussão está em fase de regulamentação, com a discussão do marco regulatório da terceirização. Atualmente, no Brasil, não se dispõe de legislação específica sobre a terceirização e o Judiciário vem tratando as discussões sobre o tema através da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho ("TST"), que autoriza a terceirização de "atividade meio" das empresas. A não regulamentação legal da terceirização impacta todos os seguimentos da economia e a perspectiva é de que a normatização do assunto venha para compor não apenas a expectativa de trabalhadores, mas especialmente para atender as necessidades de manutenção da saúde da economia do país.

Em 23 de setembro de 2014 ocorreu mais um importante avanço com o tratamento dado pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema com a decretação do sobrestamento das ações judiciais que questionam a licitude da terceirização de serviços pelas companhias telefônicas para os prestadores de serviços especializados, conforme prevista na Lei Geral das Telecomunicações. O sobrestamento decretado suspende as execuções e recursos das ações judiciais trabalhistas sem decisão definitiva em todas as instâncias até que seja julgada a repercussão geral.

A Companhia adota a prática contábil para provisionamento das contingências trabalhistas massivas com base em dados históricos dos processos para o período de 36 meses.

24.1.3 Cíveis

A Companhia possui processos cíveis, os quais na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda é provável. Em função do encerramento de processos ao longo de 2016, houve uma redução do valor das contingências cíveis com perda provável de 5.281 em 31 de dezembro de 2015 para 1.816 em 31 de dezembro de 2016.

24.2 Contingências classificadas como perdas possíveis

A Companhia possui contingências de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e cível, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

A Companhia é parte em processos com fornecedores que discutem o cumprimento de cláusulas contratuais. Um destes fornecedores moveu ação indenizatória no valor de R\$ 10.000, culminando com pedido de lucros cessantes. No exercício de 2016, um de nossos fornecedores ajuizou ação contra a Contax-Mobitel, questionando o pagamento de obrigações contratualmente previstas. O valor da causa é de R\$ 21.901. Na avaliação dos nossos assessores legais, estas demandas são de perda possível.

Em 31 de dezembro de 2016 as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Tributária	229.123	242.483
Trabalhistas	277.557	282.509
Cíveis	42.467	2.846
	<u>549.147</u>	<u>527.838</u>

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 Capital social

O capital social da Companhia passou dos anteriores R\$ 181.637.683,90 (cento e oitenta e um milhões, seiscentos e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa centavos), dividido em 3.457.678 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e setenta e oito) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, para R\$ 188.865.909,64 (cento e oitenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e nove reais e sessenta e quatro centavos), dividido em 4.185.596 (quatro milhões, cento e oitenta e cinco mil, quinhentas e noventa e seis) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.”.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16/12/2016, foi aprovado e homologado o aumento de capital privado da Companhia, no valor de R\$ 7.228.225,74 (sete milhões, duzentos e vinte e oito mil, duzentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos), correspondente ao valor total dos créditos habilitados (“Créditos Habilitados”), oriundos dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2015, cujo pagamento foi suspenso por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2015, atualizados monetariamente, pela Taxa Referencial Diária (TR), entre 01 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015 e, pela variação do CDI, a partir 01 de janeiro de 2016 até 24 de novembro de 2016, líquidos de tributos (“Dividendos”), mediante a emissão de 727.918 (setecentas e vinte e sete mil, novecentas e dezoito) ações ordinárias sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 9,93 (nove reais e noventa e três centavos) por ação, fixado nos termos do Art.170, §1º, inciso III, da Lei das S.A.. No encerramento do exercício social de 2016, as novas ações emitidas ainda não possuíam titularidade definida, considerando a vigência do período de exercício do direito de preferência para subscrição de tais ações que foi concedido aos acionistas da Companhia na data do aumento de capital.

	Quantidade		Participação do capital			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Ordinárias	4.185.596	119.725.707	188.866	100%	63.573	35%
Preferenciais	-	226.042.163	-	0%	118.065	65%
	<u>4.185.596</u>	<u>345.767.870</u>	<u>188.866</u>	<u>100%</u>	<u>181.638</u>	<u>100%</u>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até que o valor do seu capital social alcance R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão.

Ao detentor de cada ação ordinária é conferido o direito a um voto deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia. A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias, conforme previsto em seu estatuto social.

25.1.1 Composição do capital social por natureza

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Ações ordinárias	4.185.596	119.725.707
Ações em tesouraria	(68.083)	(1.365.970)
Ações em circulação	<u>4.117.513</u>	<u>118.359.737</u>

25.1.2 Movimentação das ações em circulação

	Consolidado	
	Quantidade de ações em circulação	
	31/12/2016	31/12/2015
Ações ON no início do exercício	118.359.737	118.367.407
Adesão Novo Mercado - Transf de PN para ON	<u>220.578.283</u>	-
Total das ações em circulação	338.938.020	118.367.407
Grupamento - 100:1	3.389.380	-
Compra de ações (tesouraria)	-	(7.670)
Transferência - aquisição TODO	215	-
Aumento de capital homologado em 16/12/2016	<u>727.918</u>	-
Ações no final do exercício	<u>4.117.513</u>	<u>118.359.737</u>

25.2 Ações em tesouraria

A Companhia possui 68.083 ações de sua própria emissão em tesouraria, correspondente ao valor registrado no patrimônio líquido de R\$ 20.097.479,66 (vinte milhões, noventa e sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta e seis centavos).

25.3 Composição do capital social por titularidade (ações ordinárias)

A posição acionária dos maiores acionistas apresentada a seguir:

Acionistas	31/12/2016		31/12/2015	
	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%
<u>Acima de 5%</u>				
CTX Participações S.A.	-	-	66.318.675	55,39
<u>Outros</u>				
Andrade Gutierrez	352.893	8,43	-	-
Jereissati Telecom	352.893	8,43	-	-
Fundo Verde - Credit Suisse Hedging Griffo (i)	-	-	11.198.740	9,35
Skopos Investimentos Ltda. (i)	-	-	10.692.460	8,93
Outros (ii)	3.411.727	81,51	30.149.862	25,18
Ações em tesouraria	68.083	1,63	1.365.970	1,14
	<u>4.185.596</u>	<u>100%</u>	<u>119.725.707</u>	<u>100%</u>

(i) Ações vendidas, alienadas ou posição reduzida para abaixo de 5% do capital social.

(ii) Contém as novas ações emitidas conforme ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 16/12/2016, ainda sem titularidade definida no encerramento do exercício social, considerando a vigência do período de exercício de direito de preferência concedido aos acionistas da Companhia na data do aumento de capital.

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal estão vinculados à Câmara de Arbitragem do Mercado para a solução de toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além, daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto social.

25.4 Distribuição do lucro

Em decorrência do prejuízo acumulado no exercício não houve distribuição de lucro.

25.5 Reserva de Capital

A Reserva de Capital em 31 de dezembro de 2016 apresenta o saldo zero.

25.6 Outras reservas

Outras reservas apresenta saldo negativo de R\$ 33.162, referente a ágio constituído na aquisição de participação adicional de 20% das ações da controlada TODO Soluções em Tecnologia S/A.

25.7 Reservas de lucros

O estatuto social da Companhia prevê que a reserva estatutária será constituída com o objetivo de assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como para reforçar seu capital de giro.

26 RECEITA OPERACIONAL

A conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (i) (Reapresentado)
Receita bruta	2.268.113	2.631.304
(-) Receitas canceladas	(2.282)	-
Impostos sobre as vendas		
COFINS	(70.777)	(81.405)
ISS	(72.726)	(86.815)
INSS	(64.378)	(49.521)
ICMS	-	(274)
PIS	(15.345)	(17.618)
Receita operacional líquida	<u>2.042.605</u>	<u>2.395.671</u>

(i) Exercício reapresentado sem considerar os valores referentes a divisão "Allus" - nota explicativa 14

27 RESULTADO POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

27.1 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (i) (Reapresentado)
Custo dos serviços prestados		
(Provisão) reversão de contingências	(82.579)	(1.974)
Serviços de terceiros	(116.218)	(213.250)
Depreciação/amortização	(154.253)	(132.082)
Salários e benefícios a empregados	(1.393.997)	(1.769.795)
Energia elétrica	(55.219)	(62.265)
Aluguéis e seguros	(104.314)	(142.081)
Marketing e patrocínios	(3.282)	(1.081)
Outros	(38.309)	(12.209)
	<u>(1.948.171)</u>	<u>(2.334.737)</u>

(i) Exercício reapresentado sem considerar os valores referentes a divisão "Allus" - nota explicativa 14

27.2 Comerciais

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (i) (Reapresentado)
Despesas com vendas		
Serviços de terceiros	(252)	(267)
Salários e benefícios a empregados	(4.177)	(4.602)
Marketing e patrocínios	(76)	(1.644)
Provisão créditos liquidação duvidosa	1.496	(3.330)
Outros	(124)	(2.112)
	<u>(3.133)</u>	<u>(11.955)</u>

(i) Exercício reapresentado sem considerar os valores referentes a divisão "Allus" - nota explicativa 14

27.3 Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015 (i) (Reapresentado)
Despesas administrativas				
(Provisão) reversão de contingências	(156)	(41)	(21.052)	1.603
Serviços de terceiros	(16.185)	(2.544)	(65.309)	(85.591)
Depreciação/amortização	-	-	(10.691)	(28.225)
Salários e benefícios a empregados	(264)	(586)	(122.583)	(139.739)
Honorários	(1.273)	(1.091)	(1.273)	(1.091)
Energia elétrica	-	-	(1.532)	(2.976)
Aluguéis e seguros	(105)	(64)	(7.566)	(16.053)
Comunicação institucional	(605)	(784)	(2.305)	(2.973)
Outros	(447)	(22)	(12.700)	(10.921)
	<u>(19.035)</u>	<u>(5.132)</u>	<u>(245.011)</u>	<u>(285.966)</u>

(i) Exercício reapresentado sem considerar os valores referentes a divisão "Allus" - nota explicativa 14

27.4 Abertura da remuneração de colaboradores

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (i) (Reapresentado)
Remuneração fixa	(884.845)	(1.068.966)
Encargos sociais	(194.234)	(459.209)
Benefícios	(280.207)	(220.219)
Participação dos empregados nos lucros	(12.965)	(18.153)
Remuneração variável	(132.427)	(119.578)
Pagamento baseado em ações	(75)	(394)
Outros	(17.352)	(29.102)
	<u>(1.522.105)</u>	<u>(1.915.621)</u>

(i) Exercício reapresentado sem considerar os valores referentes a divisão "Allus" - nota explicativa 14

28 OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015 (i) (Reapresentado)
Receitas				
Reversões de provisão para contingências	-	-	19.207	2.374
Reversão de dividendos expirados	-	5.400	-	5.400
Reversão de obrigação de repasse aos acionistas	-	25.705	-	25.705
Subvenção	-	-	-	20.537
Despesas recuperadas	-	205	41.229	31.181
Venda de imobilizado	-	-	3.393	851
Outras	-	-	1.068	2.388
	-	31.310	64.897	88.436
Despesas				
Provisões para contingências	(4.693)	(12)	(27.482)	(4.656)
Custo de imobilizado baixado	-	-	(5.653)	(550)
Outras	(317)	(581)	(18.549)	(21.249)
	(5.010)	(593)	(51.684)	(26.455)
	(5.010)	30.717	13.213	61.981

(i) Exercício reapresentado sem considerar os valores referentes a divisão "Allus" - nota explicativa 14

29 RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

29.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015 (i) (Reapresentado)
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	1.113	1.711	29.936	29.529
Juros e atualização monetárias/cambial sobre outros ativos	919	298	57.811	(10.638)
Instrumentos financeiros (ii)	-	-	-	31.950
Juros sobre debêntures	141.100	165.622	395	(3.445)
Outras	19	454	371	3.570
	143.151	168.085	88.513	50.966

(i) Exercício reapresentado sem considerar os valores referentes a divisão "Allus" - nota explicativa 14

(ii) Refere-se a marcação a mercado da contraprestação contingente decorrente da aquisição dos acionistas minoritários da TODO.

29.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015 (i) (Reapresentado)
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(151.461)	(154.274)	(151.461)	(154.274)
Juros sobre financiamentos	(842)	(611)	(40.443)	(1.155)
Juros e variações monetárias/cambial sobre outros passivos	(13.558)	(4.822)	(38.077)	(24.600)
Juros e atualização monetária de contingências	-	-	(6.852)	(1.114)
Comissão carta de fiança	(2.378)	(743)	(7.479)	(3.501)
Instrumentos financeiros	(994)	-	(994)	-
Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(2.774)	-	(4.426)	-
Outras	(1.770)	(4.343)	(11.149)	(48.961)
	<u>(173.777)</u>	<u>(164.793)</u>	<u>(260.881)</u>	<u>(233.605)</u>

(i) Exercício reapresentado sem considerar os valores referentes a divisão "Allus" - nota explicativa 14

30 RESULTADO POR AÇÃO

Após a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para cada ação ordinária, e a reforma do Estatuto Social da Companhia para, entre outros, adequá-lo às cláusulas mínimas do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa, deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de abril de 2016, o capital social da Companhia passou a ser composto unicamente por ações da espécie ordinária.

O prejuízo por ação no exercício foi calculado observando-se os requerimentos da Deliberação CVM nº 664/2010, bem como as disposições do estatuto social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações, conforme demonstrado abaixo.

30.1 Resultado por ação do exercício

Numerador	Controladora			
	31/12/2016		31/12/2015	
Prejuízo líquido do exercício	(73.935)		(226.778)	
Prejuízo a ser distribuído	(73.935)		(226.778)	
Ações ordinárias emitidas	4.185.596	100%	1.197.257	35%
Ações preferenciais emitidas	-	0%	2.260.422	65%
	4.185.596	100%	3.457.679	100%
Numerador por tipo de ação:				
Ações ordinárias	(73.935)		(78.524)	
Ações preferenciais	-		(148.254)	
Número médio ponderado de ações em circulação - básico				
Ações ordinárias	3.421.348		1.181.225	
Ações preferenciais	-		2.249.095	
Prejuízo líquido por ação - básico em R\$				
Ações ordinárias	(21,60982)		(66,47695)	
Ações preferenciais	-		(65,91709)	
Número de ações potenciais				
Ações ordinárias	12.601		1.006	
Ações preferenciais	-		4.023	
Número médio ponderado de ações em circulação diluído				
Ações ordinárias	3.433.949		1.182.231	
Ações preferenciais	-		2.253.118	
Prejuízo líquido por ação - diluído em R\$				
Ações ordinárias	(21,53052)		(66,42040)	
Ações preferenciais	-		(65,79940)	

30.2 Resultado líquido por ação das operações continuadas

	Controladora			
	31/12/2016		31/12/2015	
Numerador				
Prejuízo líquido do exercício	(275.839)		(261.363)	
Prejuízo a ser distribuído	(275.839)		(261.363)	
Ações ordinárias emitidas	4.185.596	100%	1.197.257	35%
Ações preferenciais emitidas	-	0%	2.260.422	65%
	4.185.596	100%	3.457.679	100%
Numerador por tipo de ação:				
Ações ordinárias	(275.839)		(90.500)	
Ações preferenciais	-		(170.863)	
Número médio ponderado de ações em circulação - básico				
Ações ordinárias	3.421.348		1.181.053	
Ações preferenciais	-		2.195.605	
Prejuízo líquido por ação - básico em R\$				
Ações ordinárias	(80,62289)		(76,62624)	
Ações preferenciais	-		(77,82064)	
Número de ações potenciais				
Ações ordinárias	12.601		1.006	
Ações preferenciais	-		4.023	
Número médio ponderado de ações em circulação diluído				
Ações ordinárias	3.433.949		1.182.059	
Ações preferenciais	-		2.199.628	
Prejuízo líquido por ação - diluído em R\$				
Ações ordinárias	(80,32704)		(76,56105)	
Ações preferenciais	-		(77,67831)	

30.3 Resultado líquido por ação das operações descontinuadas

	Controladora			
	31/12/2016		31/12/2015	
Numerador				
Lucro líquido do exercício	201.904		34.585	
Lucro a ser distribuído	201.904		34.585	
Ações ordinárias emitidas	4.185.596	100%	1.197.257	35%
Ações preferenciais emitidas	-	0%	2.260.422	65%
	4.185.596	100%	3.457.679	100%
Numerador por tipo de ação:				
Ações ordinárias	201.904		11.975	
Ações preferenciais	-		22.610	
Número médio ponderado de ações em circulação - básico				
Ações ordinárias	3.421.348		1.181.053	
Ações preferenciais	-		2.195.605	
Prejuízo líquido por ação - básico em R\$				
Ações ordinárias	59,01299		10,13961	
Ações preferenciais	-		10,29765	
Número de ações potenciais				
Ações ordinárias	12.601		1.006	
Ações preferenciais	-		4.023	
Número médio ponderado de ações em circulação diluído				
Ações ordinárias	3.433.949		1.182.059	
Ações preferenciais	-		2.199.628	
Lucro líquido por ação - diluído em R\$				
Ações ordinárias	58,79644		10,13098	
Ações preferenciais	-		10,27881	

31 PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

O plano de compra de ações da Companhia têm como objetivo de *matching* de ações, em contrapartida ao investimento feito pelo colaborador. O plano foi criado com o objetivo de atrair executivos altamente qualificados, para a Companhia, bem como incentivar o desempenho e favorecer a retenção dos executivos, que uma vez beneficiados pelos resultados para os quais tenham contribuído, constituirão um maior alinhamento de interesses com os acionistas e um consequente compartilhamento de riscos do mercado de capitais.

Os planos constituem negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não criam qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia e os beneficiários.

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste, por um Comitê de Gestão de Pessoas que será composto por três membros do Conselho de Administração, sendo pelo menos um deles necessariamente membro efetivo do mesmo Conselho, o Diretor Presidente da Companhia e um membro externo.

Os membros do Conselho de Administração ficam impedidos de votar nas deliberações relativas a Programas nos quais sejam contemplados como beneficiários.

Para atender ao exercício das ações, a Companhia poderá emitir novas ações ou utilizar ações mantidas em tesouraria.

A posição das ações outorgadas em aberto em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

Plano	Instrumento	Data			Quantidade			Outorga		Cotação em 31/12/2016
		Outorga	Início do exercício	Final do exercício	Ações Outorgadas ¹	Ações Exercidas ²	Ações Canceladas ³	Ações Em Aberto	Valor Medio na Outorga ⁴	
1o Plano	CTAX3 ⁵	07/05/2014	07/05/2015	07/05/2018	4.720	1.694	1.169	1.857	336,49	9,4
2o Plano	CTAX3 ⁵	01/08/2015	01/08/2016	01/08/2019	22.671	108	11.819	10.744	47,83	9,4

Observações:

¹ Ações oferecidas como matching ao beneficiário pela companhia

² Ações transferidas de custódia para o beneficiário, por cumprimento integral ou proporcional (saída antecipada).

³ Ações canceladas por falta de cumprimento total do prazo, por saída antecipada.

⁴ Valor médio das ações compradas pelos beneficiários.

⁵ Plano original outorgado em CTAX11 e convertido para CTAX3 após grupamento

Não ocorreram prescrições ou perdas de opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Como o benefício concedido são ações, o valor justo considerado foi o próprio valor da ação na data de outorga.

32 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No curso das operações da Companhia, direito e obrigações são contraídos entre partes relacionadas, oriundos de serviços prestados, transferência de recursos financeiros de forma onerosa, etc. Tais direitos e obrigações são necessariamente pactuados em condições normais de mercado para operações semelhantes, baseadas em contrato.

Todos os direitos entre controladora e controladas foram divulgados, assim como da Companhia e suas controladas com partes relacionadas não consolidadas nestas demonstrações financeiras.

Todas as transações entre as partes relacionadas consolidadas foram eliminadas para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

32.1 Transações com partes relacionadas consolidadas

A Companhia repassou os recursos financeiros obtidos por meio da emissão de debêntures à sua subsidiária integral Contax-Mobitel.

Os saldos referentes a esses repasses de recursos estão apresentados abaixo:

Debêntures:

									Controladora
Contraparte	Série e Emissão	Data de emissão	Quantidade de títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros atuais	Receita de Juros:		Ativo	
						31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contax-Mobitel	3ª Emissão	02/08/2011	1.660	16.600	105% CDI	-	3.193	-	26.091
Contax-Mobitel	4ª Emissão	04/01/2012	36.000	360.000	118% CDI	72.988	77.163	455.833	506.114
Contax-Mobitel	5ª Emissão	05/01/2012	232	40.000	118% CDI	1.446	6.308	2.543	37.586
Contax-Mobitel	6ª Emissão	11/10/2012	7.500	75.000	IPCA + 6,5%	5.957	15.414	70.975	98.307
Contax-Mobitel	6ª Emissão	11/10/2012	7.500	75.000	TJLP + 2,5%	4.228	5.044	57.336	54.235
Contax-Mobitel	7ª Emissão	19/02/2013	1.750	17.500	IPCA + 6,5%	1.360	3.597	16.067	22.938
Contax-Mobitel	7ª Emissão	19/02/2013	1.750	17.500	TJLP + 2,5%	1.041	1.177	14.080	12.652
Contax-Mobitel	8ª Emissão	20/03/2013	500	5.000	IPCA + 6,5%	1.338	1.030	4.485	6.554
Contax-Mobitel	8ª Emissão	20/03/2013	500	5.000	TJLP + 2,5%	294	336	3.954	3.615
Contax-Mobitel	9ª Emissão	18/11/2013	29.219	29.219	IPCA + 6,5%	2.480	7.327	40.634	35.680
Contax-Mobitel	9ª Emissão	18/11/2013	29.219	29.219	TJLP + 2,5%	1.796	1.959	23.767	21.059
Contax-Mobitel	20ª Emissão	29/08/2014	31.000	310.000	CDI + 1,25%	47.041	43.525	313.804	325.286
						139.969	166.073	1.003.478	1.150.117

Mútuo:

Contraparte	Encargos Financeiros atuais	Principal	Despesas de Juros		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contax-Mobitel	106% CDI	-	-	3.414	-	17.505
Contax-Mobitel	106% CDI	-	-	1.370	-	-
		-	-	4.784	-	17.505

O empréstimo Capital de Giro com a Multienlace, realizado pela empresa da divisão Allus (Colômbia), foi repassado para a controladora indireta Contax Mobitel, em julho de 2015, com as mesmas condições contratuais do efetivo empréstimo. Considerando a classificação de mantido para venda (vide nota 14), a divisão Allus deixa de ter os números consolidados. E os valores anteriormente eliminados, são apresentados em partes

relacionadas, em 31 de dezembro de 2015. A Liquidação ocorreu na data da operação da venda da divisão “Allus” em 09 de setembro de 2016, no total de R\$ 115.713 (cento e quinze milhões, setecentos e treze mil reais).

Mútuo:

				Consolidado
Contraparte	Encargos financeiros a.a.	Despesa de juros 31/12/2016	31/12/2016	Passivo 31/12/2015 (i)
Multienlace	5,98% fixa	5.113	-	134.727
		5.113	-	134.727

(i) Valor informativo para fins de comparação

O aporte realizado pela CTX Participações para a Contax Participações, em março de 2016, estava representado em saldo a pagar para partes relacionadas, e em agosto de 2016 foi convertido em debêntures, conforme nota explicativa nº 17. Os saldos em 31 de dezembro de 2016, estão apresentados abaixo:

Contax Participações					
Tipo de emissão	Série	Passivo	Captação	Encargos Financeiros	31/12/2016
Pública	1o.	4ª Emissão 1ª Série	46.303	4.625	50.928
			46.303	4.625	50.928

Em 29 de agosto de 2016, conforme fato relevante publicado pela Companhia e informações contidas na nota explicativa de Eventos Subsequentes das demonstrações intermediárias de junho de 2016, tal aporte foi utilizado para liquidação integral das Debêntures da Primeira Série da 4ª Emissão, sendo seu saldo devedor atualizado capitalizado na data da liquidação desta emissão. Este aporte estava previsto no âmbito do reperfilamento de suas dívidas financeiras concluído com seus credores no primeiro trimestre de 2016, de acordo com os termos do “Instrumento Particular de Mútuo Subordinado e Outras Avenças”, celebrado entre a CTX e a Companhia em 14 de março de 2016.

Em 04 de março de 2016, nossa controlada Contax-Mobitel S.A. firmou contrato de consultoria com a sociedade Hampstead Assessoria Econômica Ltda., sociedade controlada pelo Sr. Shakhaf Wine, presidente do conselho de administração entre 07/03/2016 e 05/01/2017, cujo objeto do contrato é a prestação de assessoria administrativa e financeira à Companhia, com vistas à execução de determinadas medidas previstas no plano de negócios da Companhia, incluindo venda de ativos, conforme movimentação a seguir:

Contraparte	Período transação	Contax Mobitel	
		Despesa no período	Saldo passivo
		31/12/2016	31/12/2016
Hampstead	Exercício 2016	7.262	-
		<u>7.262</u>	<u>-</u>

32.2 Avais concedidos

Em 31 de dezembro de 2016 não há avais concedidos em nome de partes relacionadas.

32.3 Remuneração dos administradores (conselheiros de administração e diretores estatutários)

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e os membros da diretoria estatutária. Em 31 de dezembro de 2016 este grupo está composto por 15 profissionais (14 profissionais em 31 de dezembro de 2015).

O total da despesa com remuneração e benefícios a esses profissionais, estão apresentados a seguir:

	31/12/2016			31/12/2015
	Contax Participações	Contax Mobitel	Total	Total
Salários	-	4.208	4.208	6.699
Honorários (pro-labore)	1.016	-	1.016	1.211
Benefícios	45	393	438	-
Bônus	-	11.918	11.918	1.419
Plano de Opção de Compra de Ações (ILP)	-	-	-	319
	<u>1.061</u>	<u>16.519</u>	<u>17.580</u>	<u>9.648</u>

O valor da participação nos lucros pago quando aplicável a cada diretor em qualquer exercício social, está relacionado principalmente ao desempenho da Companhia e na avaliação de desempenho individual. Não foram efetuados pagamentos em 2016.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo Contax não concedeu empréstimos de curto prazo, tampouco concedeu garantias em nome dos profissionais que compõem o pessoal-chave ou de membros de suas respectivas famílias.

Os membros suplentes do Conselho de Administração e Conselho Fiscal são remunerados de acordo com suas participações nas reuniões, não têm vínculo empregatício com a Companhia e não prestam serviços a esta de qualquer natureza.

33. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo Contax possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional do Grupo Contax. Todas as apólices de seguro do Grupo Contax são renováveis automaticamente.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros para o Grupo Contax, estão contratadas conforme demonstrados no quadro abaixo:

		Consolidado
		31/12/2016
Bens segurados	Importâncias seguradas	Vencimento
Responsabilidade civil de diretores e administradores	60.000	14/08/2017
Patrimônio / Lucros cessantes	250.000	14/08/2017
Responsabilidade civil geral	10.000	14/08/2017

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2017, a Companhia informou aos seus acionistas o encerramento do período de subscrição de sobras e sobras adicionais do aumento de capital aprovado e homologado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de dezembro de 2016. O aumento de capital resultou na subscrição de R\$ 7.228.225,74 (sete milhões, duzentos e vinte e oito mil, duzentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos) e emissão de 727.918 (setecentas e vinte e sete mil, novecentas e dezoito) novas ações ordinárias sem valor nominal, cujo aporte decorreu da (i) subscrição e integralização em dinheiro por acionistas da Companhia e (ii) conversão do crédito decorrente do dividendo obrigatório aprovado na assembleia geral da Companhia realizada em 30 de abril de 2015 e posteriormente suspenso nas assembleias gerais extraordinárias de 29 de dezembro de 2015 e 19 de dezembro de 2016. Como resultado do aumento de capital, a Skopos Investimentos Ltda., através dos fundos por ela administrados, tornou-se a principal acionista da Companhia, com 9,50% de participação no capital social da Companhia.

Em 02 de fevereiro de 2017, a Companhia informou ao mercado o recebimento de correspondência da Câmara de Arbitragem do Mercado notificando a requisição de procedimento arbitral por ex-acionistas da Companhia, pleiteando o recebimento dos dividendos mínimos obrigatórios declarados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 30 de abril de 2015, cujo pagamento encontra-se suspenso por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 29 de dezembro de 2015 e da Assembleia Geral Extraordinária 19 de dezembro de 2016.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua emissão autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2017, bem como pela Diretoria Executiva em 15 de março de 2017.

Diretoria

Nelson Armbrust	Diretor Presidente
Cristiane Barretto Sales	Diretora de Finanças e Relações com Investidores
Cristiane Almeida de Souza Cé	Diretora Jurídica e <i>Compliance</i>
Marcelo Luiz Dias Chianello	Diretor

Conselho de Administração

Livia Xavier de Mello	Titular / Presidente do Conselho de Administração
Fábio Soares de Miranda Carvalho	Titular / Independente - Vice Presidente do CA
Márcio Adolpho Girão Barros Quixadá	Titular / Independente
Cleber Pereira de Moraes	Titular / Independente
Christiane Almeida Edington	Titular / Independente
Matias Ezequiel Aron	Titular

Conselho Fiscal

Ademir José Scarpin	Titular
Aparecido Carlos Correia Galdino	Titular
Marcio Magno de Abreu	Titular
Flávia Maria de Araújo Dini Braia Rosa	Suplente
Newton Brandão Ferraz Ramos	Suplente
Sidnei Nunes	Suplente

Joyce Anne Del Tedesco

Contadora

CRC SP-253735/O-5

Francisco Paulo Macambira Haick

Gerente Sênior de Controladoria